---------- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** ----------
----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÂO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE INICIADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS ----------
---------- **ATA NÚMERO SETE** ----------
---------- (Mandato 2025-2029) ----------
----- Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis reuniu, no Ginásio da Junta de Freguesia de São Vicente, sito na Calçada dos Barbadinhos, número trinta e seis, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência da Presidente em exercício, Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva (BE), coadjuvada por Sandro Paulo Magusto Pereira (PS), Segundo Secretário. ----------
----- Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------
----- **Do Partido Socialista (PS)** – Letícia Samanta da Costa Marques, Ana Elisa Pereira Abreu e Isabel Luísa Santos Jerónimo Tavares Cirne. ----------
----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Tiago Filipe Rodrigues Gonçalo e Bruno Ricardo Silva Santos. ----------
----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Vitor Manuel Alves Agostinho e Michele Boulier Faro. ----------
----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Selmo António da Conceição Pinto. ----------
----- **Do Partido Chega (Chega)** – João Júlio Janela Baptista da Silva. ----------
----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Luís Augusto Sá Souto. ----------
----- **Do Movimento "Em Frente São Vicente" (MEFSV)** – Daniel Oleirinha Adrião.
----- Com a seguinte ordem de trabalhos:----------
----- A. Intervenção do público;----------
----- B. Período de Antes da Ordem do Dia; ----------
----- C. Ordem do Dia;----------
----- I. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 385/CM/2026 no âmbito do desenvolvimento de atividades de animação e de apoio à família e da componente de apoio à família para os anos letivos 2026/2027, 2027/2028, 2028/2029 e 2029/2030; ----------
----- II. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 387/CM/2026, para a implementação das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no ano letivo 2026/2027, 2027/2028, 2028/2029 e 2029/2030; ----------
----- III. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 187/CM/2026, no âmbito do fundo de emergência social e de recuperação de Lisboa – vertente de apoio aos agregados familiares; ----------
----- IV. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 224/CM/2026, no âmbito do contrato interadministrativo, com vista à otimização da utilização das infraestruturas e recursos ao nível da higiene urbana; ----------
----- V. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São

Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 223/CM/2026, no âmbito do contrato interadministrativo, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões (de 1 de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026);----------

----- VI. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 421/CM/2026, no âmbito do contrato interadministrativo, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões (de 1 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026): ----------

----- VII. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa nº 222/CM/2026; dos espaços verdes e áreas expectantes: ----------

----- VIII. Apreciação e votação da segunda alteração orçamental modificativa do ano de 2026;----------

----- IX. Apreciação e votação do regulamento que cria as distinções honorificas da Freguesia de São Vicente e estabelece o respetivo regime;----------

----- X. Apreciação e votação do regulamento que procede à adequação das Taxas do Mercado de Santa Clara; ----------

----- XI. Apreciação e votação do regulamento da Universidade Sénior;----------

----- XII. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia e da Informação relativa à Situação Financeira da Junta de Freguesia. ----------

----- D. Intervenções do Público.----------

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a reunião**. ----------

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que gostaria de perguntar à Mesa, relativamente à questão do edital, era afixado nas várias vitrines e reparara que não estava a ser afixado no Instagram nem no Facebook, como era anteriormente. Gostava de perceber o que se passou para isso deixar de acontecer. ----------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que essa publicação estava ao cargo direto dos serviços e realmente teria que questionar. Nesse aspeto até tinha confirmado no site, mas realmente nas redes sociais não confirmara e iria questionar, porque achava que sim, era absolutamente essencial que estivesse no Facebook ou no Instagram. ----------

----- **Ordem do Dia (continuação);** ----------

----- **VII. Apreciação e votação da Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa nº 222/CM/2026; dos espaços verdes e áreas expectantes;** ----------

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que na análise que faziam em relação às delegações de competências nos espaços verdes, a opinião política em relação a essa descentralização, continuavam a ver que realmente havia casos positivos e casos negativos em relação a essa delegação de competências. Naturalmente que em termos do PCP não iriam votar contra essa proposta, mas iriam abster em relação à mesma. ------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de ratificação do contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de**

São Vicente na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa nº 222/CM/2026 dos espaços verdes e áreas expectantes, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com abstenção do PCP e restantes votos a favor. ----------

----- **VIII. preciação e votação da proposta nº 205/AA2026 relativa à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências e de cooperação nº 24-CT-DRJF-2023 entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente, prorrogação da vigência até 31 de dezembro de 2027 e redefinição do valor total dos recursos financeiros;** ----------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** referiu que quando foi a questão do aditamento a Vogal Erica fez uma pequena apresentação. ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Vogal na altura fez uma breve apresentação sobre essas questões. No fundo era a adenda do CDC do mandato anterior e que foi feita para conseguirem terminar os projetos que estavam em execução e que ainda não tinham sido concluídos. Portanto, se houvesse alguma questão em concreto, agradecia que fizessem. ----------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 205/AA/2026 relativa à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências e de cooperação nº 24-CT-DRJF-2023 entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente, prorrogação da vigência até 31 de dezembro de 2027 e redefinição do valor total dos recursos financeiros**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----

----- **IX. Apreciação e votação da segunda alteração orçamental modificativa do ano de 2026;** ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa alteração modificativa, no fundo, ia refletir aquilo que eram os incrementos em termos de montantes relacionados com os contratos de delegação de competências que aprovaram anteriormente. Os contratos de delegação tinham que ser refletidos no Orçamento e, portanto, servia também para fazer essa alteração e modificação, tendo em consideração esses novos montantes. ----------

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que ia falar nesse ponto a respeito da situação financeira da Junta de Freguesia, que como sabiam era deveras preocupante. -

----- Em 2024 a Junta apresentou um prejuízo de cerca de 686 mil euros. Em 2025 esse prejuízo agravou-se para 964 mil euros. Estavam a falar de mais de 1.6 milhões de euros de prejuízos acumulados em apenas dois exercícios e perante números dessa dimensão seria razoável, mandaria o bom senso esperar uma mudança de rumo relativamente a 2026, mais contenção, mais rigor, mais avaliação da despesa e, sobretudo, uma alteração ao nível das prioridades. ----------

----- O que sucedia era que até 31 de julho a Junta arrecadou cerca de 3.070.000 euros de receita do próprio exercício e pagou cerca de 2.771.000 euros de despesa. Existia uma diferença positiva, se pudessem dizer assim, na ordem dos 299.000 euros, mas não confundissem esse resultado intercalar com o saldo de cerca de 1.627.000 euros que aparecia nas contas, porque cerca de 1.328.000 euros desse saldo iam da vigência anterior. ----------

----- Uma coisa era ter disponibilidade de tesouraria, outra coisa era demonstrar que foi corrigido o modelo de gestão que produziu um prejuízo de quase um milhão de euros em 2025 e era precisamente isso que se encontrava demonstrado nessas contas.----------

----- Começando pela estrutura da despesa, até julho mais de 65% da despesa paga correspondia a pessoal, mas dentro dessa rubrica havia um número que merecia uma explicação muito séria e muito cabal, era que a Junta tinha mais de um milhão de euros orçamentados para pessoal em regime de tarefa ou avença. Até julho já tinham sido pagos

cerca de 700.000 euros a tarefeiros e avençados e os compromissos assumidos ultrapassavam os 800.000 euros. Portanto, 700.000 euros em despesas de tarefeiros e avençados em sete meses.----------

----- Por isso gostaria de saber quantas pessoas estavam contratadas nesse regime e o que faziam, que funções desempenhavam e como evoluiu essa despesa relativamente a 2024 e a 2025. Como o Senhor Presidente compatibilizava esses números e como explicava esses números com o discurso da eficiência e da racionalização da despesa e da internalização de competências? Como batia a bota com a perdigota? Na verdade, as avenças nem sequer esgotavam essa questão, porque além dos cerca de 700.000 euros que a Junta já pagou, aproximadamente 660.000 euros eram em aquisição de serviços.

----- Não confundissem as rubricas contabilísticas, estava precisamente a separá-las. Uma coisa eram tarefas e avenças, outra coisa era aquisição de serviços e ambas representavam uma dimensão muito significativa da despesa dessa Junta.----------

----- Em contrapartida, até julho a aquisição de bens de capital representava menos de 2% da despesa realizada. Portanto, tinham uma estrutura em que o funcionamento corrente absorvia praticamente todo o investimento. Ou melhor, toda a despesa. O investimento representava muito pouco, era absolutamente residual. ----------

----- Isso levava à questão das prioridades, porque na verdade quais eram as prioridades desse Executivo? Até julho a chamada área da cultura já tinha executado cerca de 277.000 euros, mais de metade da respetiva dotação anual. Queria ser absolutamente claro relativamente a isso, era das pessoas que mais defendiam a despesa que para si era investimento em cultura, mas o que se passava era que essa rubrica escondia muita despesa que não tinha nada a ver com cultura. Era isso que contestava, que se colocasse debaixo dessa designação suavizante de cultura uma parte muito significativa de despesa com grandes eventos e que depois se apresentava essa despesa como se fosse toda ela equivalente à política cultural. ----------

----- O melhor exemplo, aliás, eram os famigerados arraiais, aquilo a que tinha chamado a festa da cerveja e agora sabiam sobre essa matéria que os custos desses arraiais não estavam efetivamente todos contabilizados na dita área sequer da cultura, estava aliás espalhada essa despesa por várias rubricas. Existia o contrato principal do fundo de produção, mas depois existia a segurança, existiam os sanitários portáteis, os copos reutilizáveis, a limpeza extraordinária, existiam consumos, pessoal próprio da Junta durante cerca de duas semanas e respetivas horas extraordinárias, existiam geradores e respetivo funcionamento 24 sobre 24 horas durante 15 dias. Portanto, olhar apenas para a rubrica da cultura nunca lhes daria o retrato efetivo real dos custos desse evento. ----

----- Alguns números que se conseguiam apurar através do portal base eram particularmente relevantes. O procedimento principal para a realização do arraial teve um preço base de 175 mil euros sem IVA, em 2025 o procedimento equivalente tinha um preço base de 139.200 euros, só aí tinham um aumento de 30.800 euros no ano, mais de 22% de aumento. Depois tinham mais de 17 mil euros em sanitários portáteis, mais de 17 mil euros em copos e isso até era anedótico e tinham ainda um contrato de segurança com um preço base de 90 mil euros. Depois tinham aquilo que o portal base não mostrava, os custos internos e até julho a Junta já tinha pago mais de 109 mil euros em horas extraordinárias. ----------

----- Não estava a afirmar que esse valor correspondia na totalidade a esse evento, queria era precisamente saber a quanto correspondia. A execução orçamental mostrava também cerca de 14 mil euros pagos em gasóleo até julho, praticamente toda a dotação prevista para o ano inteiro. Também não estava a afirmar que esse gasóleo foi todo consumido nesse evento, mas também queria saber quanto dessa despesa correspondia a esse evento. Sabiam que existiram efetivamente geradores a funcionar ininterruptamente dia e noite

durante 15 dias e com o gasóleo a disparar brutalmente, como sabiam e tudo isso eram custos absolutamente esmagadores. ----------
----- Havia muita coisa que de facto não sabiam, mas o que sabiam era suficientemente preocupante para os deixar muitíssimo alarmados e, portanto, perante um resultado dessa dimensão e com os prejuízos acumulados que já iam de trás o que era de esperar seria que a Junta de Freguesia metesse de facto travões a fundo e realmente reduzisse drasticamente a despesa e designadamente esse custo que representava uma fatia brutal, esmagadora em termos da despesa, mas o primeiro elemento que tinham ali era que de facto as despesas dispararam- ----------
----- Perante essa Assembleia era importante que esclarecessem sobre as condições para poder manter esse modelo que era absolutamente perdulário em termos da gestão da Junta de Freguesia de São Vicente.----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que tinha feito um relatório exaustivo, uma auditoria muito forte a todas essas componentes e tinha tudo justificado e perguntas a fazer. Pensava que não era esse o momento específico para fazer essas questões porque tinha ali muitos conselhos. Fizera uma auditoria muito forte, havia receitas, havia despesas, ao enquadramento todo que agora gostava também que vissem responder, era importante ver como podiam resolver algumas dessas questões. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa alteração modificativa no fundo servia para refletir os montantes dos CDCs que foram agora atribuídos pela Câmara Municipal de Lisboa. A execução financeira, achava que era um momento ideal se todos concordassem para ver não só essa questão como também todas as questões que quisessem levantar. Portanto, essa parte da reunião prendia-se apenas com a questão de conseguirem realmente refletir aquilo que eram as alterações orçamentais decorrentes dos montantes recebidos pela Câmara, dos CDCs. Depois de discutir esse ponto tinham todo o gosto de responder às questões na execução financeira. ----------
----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que essa questão poderia ser evitada, era uma sugestão que ia dar. O Senhor Presidente estava sempre a dizer que não sugeriam nada e agora ia dar uma sugestão.----------
----- Isso era claramente PAOD. Tendo em conta que era uma continuação, obviamente que não havia PAOD, mas a Assembleia soberana podia perfeitamente para futuro criar, quando existiam essas questões de continuação da Assembleia, criar ali nem que fosse criar meia hora de PAOD para esse tipo de questões. Era uma sugestão que deixava à consideração da Mesa.----------
----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Segunda alteração orçamental modificativa do ano de 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria,** com 11 votos a favor (PS, PSD, PCP, BE e Chega), 1 voto contra (MEFSV) e 1 abstenção (IL) ----------
----- **X. Apreciação e votação do regulamento que cria as distinções honorificas da Freguesia de São Vicente e estabelece o respetivo regime;** ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que basicamente era o regulamento que fixava as regras de atribuição de medalhas e onde iam poder distinguir os moradores, mas também pessoas que tivessem tido bastante relevância para a Freguesia. No essencial tinham duas distinções honoríficas, a medalha de honra e a medalha de mérito, naturalmente à volta de conceitos que depois teriam que ser trabalhados, o de serviços excepcionais e os serviços de especial mérito ou atos meritórios. ----------
----- O procedimento de atribuição de medalha passaria sempre nos termos desse regulamento pela Assembleia de Freguesia, porque era suposto que houvesse um relativo consenso entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia, mas também todos os eleitos

na Assembleia de Freguesia sobre as pessoas que mereciam ser distinguidas. Portanto essas questões mais descricionárias teriam que ser trabalhadas pelo Executivo e pela Assembleia de Freguesia para que essas medalhas tivessem critérios de justiça, mas também de relevância.----------

----- Quanto a procedimentos de atribuição e questões mais específicas, se tivessem alguma dúvida estariam disponíveis para responder. ----------

----- Dava só nota de que nesse regulamento os trabalhadores da Junta de Freguesia passavam a ter medalhas de forma automática, a medalha de mérito com 20 anos de serviço e nesses 20 anos de serviço contavam anos de serviço que tivessem por exemplo na Câmara Municipal e que tivessem sido transferidos para a Junta de Freguesia, depois a medalha de honra para trabalhadores com mais de 35 anos de serviço. Esse regulamento esteve em consulta pública e também foi remetido aos sindicatos.----------

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que por princípio concordava muito com a generalidade do regulamento. Tinha duas ou três questões e a primeira passava pela questão da consulta pública. A consulta pública, para além de ter publicado em Diário da República com a antecedência que era devida, mas faltou a divulgação dessa mesma consulta pública porque nem toda a gente tinha o hábito de ir à procura no Diário da República o que estava para consulta pública ou não.----------

----- Isso nem dizia respeito só a esse regulamento, dizia a vários. Diria o bom senso que se colocava alguma coisa em consulta pública, informava-se que estava em consulta pública determinadas coisas. Achava que não era ilegal, mas diria o bom senso que deveria ser feita essa chamada de atenção. ----------

----- Aquilo que era relacionado com a antiguidade dos colaboradores, isso achava que era chapa cinco, não tinha que ir à Assembleia de Freguesia para ratificar porque era uma coisa que estava por princípio inerente, tendo em conta os anos de antiguidade. A questão das outras atribuições, aí sim a sua dúvida colocava-se, se quem fazia a proposta era apenas o Executivo ou a Assembleia de Freguesia também fazia propostas. No caso de ser só o Executivo, se a Assembleia de Freguesia aprovava por maioria simples ou maioria qualificada de dois terços, porque isso mudava e achava que era importante salvaguardarem isso.----------

----- Um qualquer Executivo, dos Senhores ou de outra força política qualquer com maioria absoluta na Assembleia de Freguesia poderia em teoria criar as atribuições que quisesse, enquanto que se fossem dois terços achava que reunia o verdadeiro consenso que não uma maioria simples reunia e, portanto, a sua questão era só essa. Estava a salvaguardar não esse Executivo, que não tinha maioria, mas os futuros. Estava a falar mais à frente e com os dois terços poderiam alcançar o maior número de consenso possível. ----------

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a consulta pública esteve em Diário da República, naturalmente, mas estava no site. Aliás, a Junta de Freguesia no site tinha um separador especial para consultas públicas e foi até no seguimento de uma Lei aprovada relativamente à representação de interesses que, entretanto, também a entrada em vigor foi prorrogada em cerca de dois anos para Freguesias, mas a Junta de Freguesia já cumpria essa exigência. Tinha o separador especificamente para isso e depois fazia os editais normais em vitrines.----------

----- Percebia que nem toda a gente andasse a ver o Diário da República, faziam isso porque tinham que o fazer, mas a comunicação fazia-se através das redes normais da Junta de Freguesia, inclusive as vitrines. ----------

----- Relativamente à questão dos trabalhadores, isso estava resolvido porque havia uma atribuição automática e era como foi dito, nem sequer ia à Assembleia de Freguesia. Relativamente ao procedimento, era o Executivo que propunha. Isso não era

propriamente uma novidade nesse tipo de distinções, até porque do ponto de vista de instrução de processo era sempre preciso algum trabalho que tinha que ser o serviço da Junta de Freguesia a fazer. Isso não era só pôr o nome num papel e aprovar, tinha que haver uma justificação, tinha que haver uma nota biográfica, tinha que haver verificação de dados e até com as próprias pessoas, às vezes até com famílias se fosse o caso de pessoas já falecidas.----------

----- O que o regulamento previa era uma espécie de articulação prévia entre a Assembleia de Freguesia e o Executivo, um pouco à semelhança daquilo que existia no estatuto de oposição para documentos como por exemplo o Orçamento. ----------

----- A maioria era simples, quando era de pessoas concretas teria que ser sempre voto secreto. O regulamento estava feito de uma perspectiva muito equilibrada, tinha que haver consenso, o Executivo tinha que falar com a Assembleia de Freguesia, a Assembleia de Freguesia tinha que falar com o Executivo e chegar a acordo quanto a pessoas. Se havia assunto no qual não se podiam dividir era a quem iam atribuir as medalhas. Não havia qualquer interesse nisso e esse trabalho era um trabalho de política democrática, de conseguir chegar a consensos porque uma coisa era certa, nessa Freguesia não faltavam pessoas para atribuir medalhas e também não lhe parecia que fosse haver alguma questão de divergência nessas atribuições. Até convinha que fosse um assunto não politizado.----------

----- Estavam a falar de uma Freguesia com muita história. Havia municípios com menos história e com menos população que tinham medalhas honoríficas para fazer aquilo que era uma coisa básica, distinguir as pessoas que se iam destacando. Portanto, esse não devia ser um assunto de separação.----------

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que pensava haver, tal como acontecia noutras propostas de aprovação na Assembleia, havia que saudar a Junta de Freguesia para esses atos, não era uma coisa única, todas as Freguesias na redondeza já tinham essa distinção honorífica e, portanto, achava que até em termos de proposta era uma coisa que mesmo nas outras Assembleias de Freguesia havia muita coisa consensualizada. Logo, não havia necessidade de se bater em nada quando as coisas estavam consensualizadas, como agora o Vogal da Junta disse. Era uma coisa óbvia para todos, logicamente. Embora pudesse haver dentro do ponto de vista político-partidário opiniões diferentes, mas estavam a falar de questões honoríficas na Freguesia. ----------

----- Queria levantar, por princípio não tendo nada a opor em relação a isso, apenas duas referências. A primeira era que se queriam separar a medalha de honra da medalha de mérito, e achava que faziam bem, não se percebia porque um trabalhador em termos normais poderia ter uma atribuição de honra "apenas" porque há mais de 35 anos trabalhava na Freguesia. Podia não ser central, fosse que trabalhador fosse, apenas pelo facto de estar ali o seu contributo com esse tempo. ----------

----- A outra tinha a ver com a atribuição aos trabalhadores da Junta de Freguesia. Se calhar a Junta estaria a pensar nisso, mas deviam-na pôr realmente, achava que na Assembleia da Freguesia tinham todo o interesse em antecipadamente saber quais eram as pessoas que iam ter a atribuição honorífica, mesmo que não fosse obrigatório o voto.

----- Estavam ali a falar de trabalhadores e a sua dignidade e achava que a dignidade central, independente do trabalho que faziam para a Freguesia, logo para o Executivo, pensava que era importante que houvesse ali qualquer coisa que antecipadamente começassem desde logo, em termos da Assembleia de Freguesia, a honrar essas atribuições. Estava a falar apenas dos trabalhadores. ----------

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que os anos de serviço eram o critério mais objetivo que podiam ter, mas isso não invalidava, se a Assembleia de Freguesia assim o pretendesse, que pudessem trabalhadores com menos de 35 anos de serviço ser

galardoados com a medalha de honra, uma coisa não excluia a outra. Isso era só atribuição automática e esse era o critério mais objetivo que se podia encontrar e justo, na medida em que a entrega durante tantos anos ao serviço público merecia uma atribuição automática. ----------

----- Dessa perspectiva até foi bastante consensual nos sindicatos, os sindicatos até fizeram ali uma proposta. A ideia inicial era a partir dos 40, os sindicatos, alguns, pediram 35 e até se fez essa redução, porque parecia fazer sentido que os 35 anos seriam uma data razoável. ----------

----- Relativamente a informar a Assembleia de Freguesia, sem dúvida. Em dezembro iriam ter que aprovar a atribuição de medalhas para o próximo ano, 2027, no início, e os nomes de trabalhadores que tivessem atribuição automática iam à Assembleia de Freguesia para informação e se a Assembleia de Freguesia quisesse fazer algum voto de saudação, naturalmente era livre e dignificava bastante o trabalho. ----------

----- Dar nota também que aqueles trabalhadores que tivessem falecido no decurso da atividade entravam à mesma para a conta dos anos e o cálculo era feito, apesar do falecimento, eram contabilizados os anos que estariam entre a data do falecimento e a data da presumível reforma e esses anos eram sempre contabilizados, o que fazia com que trabalhadores que tivessem estado nas mesmas condições, independentemente de uns infelizmente falecerem, iriam ser à mesma condecorados, seria sempre uma condecoração *post-mortem*, mas era uma condecoração. ----------

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que na alínea f) estava a dizer que fizesse 35 ou 20 anos, independentemente de qualquer apreciação. ----------

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que os 35 eram para a medalha de honra, os 20 eram para a medalha de mérito. Aquilo que tinha dito relativamente aos 40 era que o projeto inicial que esteve em consulta pública tinha 40 anos e que, por proposta de alguns sindicatos para passar para 35, pareceu razoável e passou-se para 35. ----------

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que a sua intervenção teve zero politizada, ao contrário daquilo que o Vogal respondeu. Tendo em conta a intervenção do eleito do PCP acerca dos trabalhadores e tudo mais, zero politizada. A sua, que queria salvaguardar o maior consenso possível, como acabou de dizer na sua introdução, alargar para os dois terços para ter o maior consenso possível, era politizada quando não tinha feito política com isso.----------

----- Começara por dizer e ia repetir. Achava uma excelente ideia, estava 100% de acordo com a ideia. Tinha essas dúvidas, nomeadamente essa questão da maioria simples ou maioria qualificada e não conseguia compreender porque a sua intervenção era politizada quando achava que a Assembleia de Freguesia tinha o maior consenso possível na atribuição das medalhas. O que isso tinha de politizado? Estavam a proteger precisamente a democracia, estavam a proteger no futuro, quem ali estivesse, ter a capacidade de não só o Executivo propor, mas a Assembleia suportar. Era criar ali, isso sim, o maior consenso possível. ----------

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que não tinha percebido bem esse reparo. Não podia haver nada mais político do que um regulamento desses porque, no fundo, aquilo que estavam ali a dizer era como viviam a Freguesia, se os órgãos políticos da Freguesia queriam ou não distinguir pessoas na sua comunidade. Isso era uma questão política. ----------

----- O que tinha dito era uma outra coisa e reforçava, que esse não podia ser um assunto que, apesar de político, os devia dividir. O ponto por acaso era extremamente interessante, porque aquilo que tinham que fazer era através do diálogo encontrar consensos para, independentemente do método de votação, chegarem a acordo sobre quem iam distinguir. ----------

----- Porque era isso tão relevante? Porque a partir do momento em que determinados nomes criavam clivagem, criavam discussões que podiam tornar até o diálogo absolutamente improdutivo, isso ia recair necessariamente sobre as pessoas que estavam a ser distinguidas. Portanto, em vez de andarem a discutir a questão do método de votação, que era um método normal por maioria, não via qual seria ali a grande questão. Aquilo que tinha dito foi uma coisa que lhe parece óbvia, que era terem todos a capacidade de discutir os nomes e chegar a um consenso a bem daquilo que estavam a tentar fazer e que era, no fundo, dignificar as pessoas que viviam na Freguesia, que faziam alguma coisa pela Freguesia. Quando dizia pessoas dizia também instituições, era tão simples quanto isso.----------

----- No entanto, não iam rejeitar uma coisa, não havia nada mais político do que isso, que era discutirem e chegarem a consenso, como esperava que pudesse acontecer relativamente a esse regulamento, de que queriam efetivamente em São Vicente distinguir quem fazia por São Vicente ou quem dava bom nome a São Vicente. --------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento que cria as distinções honoríficas da Freguesia de São Vicente e estabelece o respetivo regime**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- **XI. Apreciação e votação do regulamento que procede à adequação das Taxas do Mercado de Santa Clara;**----------

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que apresentavam um regulamento muito simples, que era no fundo um regulamento que procedia à adequação das taxas praticadas no mercado e pensava que todos tinham tido a oportunidade de ver a nota justificativa. Basicamente, aquilo que se propunha ali era que as taxas do mercado passassem a estar, para eventos pontuais, alinhadas com aquele que era o valor praticado no regulamento de taxas do município, que não estava nesse momento. Aquilo que se fazia era numa tentativa de se aproximarem desse valor.----------

----- Fazia-se uma distinção entre os dias em que se realizava a Feira da Ladra e aqueles dias que não se realizava a Feira da Ladra, sendo que no sábado seria sempre maior do que na terça-feira. Nos restantes dias havia à partida um pequeno aumento, mas esse regulamento previa que sempre que houvesse a junção de mais do que um dia na utilização do mercado, imaginando por exemplo que as pessoas usavam terça e quarta-feira, a taxa de quarta-feira teria com esse novo regulamento um valor inferior àquilo que era praticado atualmente. ----------

----- Esse regulamento, dessa forma, não só fazia a adequação àquilo que eram as taxas praticadas no regulamento das taxas do município, como fazia uma segunda coisa extremamente importante, que era adequar a taxa paga por cada dia de mercado àquilo que era o desgaste na utilização do mercado, porque naturalmente à terça e ao sábado o desgaste da utilização do mercado devido à Feira da Ladra era sempre bastante superior.

----- Além disso, aquilo que se previa era também os mecanismos de repartição de taxa para, por exemplo, eventos como aqueles que a Junta de Freguesia ia promover agora a partir do final de outubro, que eram as feiras de artistas locais, em que fazia uma repartição entre todos os expositores e em alguns casos fazendo com que os expositores pagassem bem menos do que pagavam atualmente através de promotores. ----------

----- Além disso, havia ainda mecanismos que visavam incentivar uma certa diversificação na utilização do mercado e de incentivar o uso do mercado em dias que não os da Feira da Ladra. Eventualmente por outro tipo de atividades que nesse momento passavam um pouco à margem do mercado, mas que era importante incentivar e só dava um exemplo, que era tentar levar ao mercado algum tipo de produto mais agrícola, ter ali

algum tipo de feira virada para esse tipo de contexto e para isso era preciso que houvesse um incentivo e esse regulamento previa esse tipo de incentivo. ----------
----- Depois, alguma questão mais de pormenor ou alguma questão que tivessem alguma dúvida, tentaria esclarecer.----------
----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que no artigo 6, na alínea 1), na parte de isenção dizia realização de eventos e atividades com interesse social e cultural por entidades sem fins lucrativos. Gostaria de saber se nesse ponto estavam incluídas todas as entidades que faziam parte da Freguesia ou não, porque achavam que o mercado, sendo utilizado por coletividades para eventos ou algo que fosse necessário, procuraram ali no regulamento e não encontraram nada específico. Achavam que o mercado era muitas das vezes um bom espaço para as coletividades ou entidades que faziam parte da Freguesia poderem fazer algum tipo de evento que necessitassem e achava que era justo estar ali nessa parte da isenção. ----------
----- Estava lá aquela alínea, não sabia se estava subentendido que eram também ou não e era somente isso que queriam ver esclarecido. ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** respondeu que sim, estavam. ----------
----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que se calhar poderia ser mais específico em si o regulamento, porque subentendia e tinha ficado com essa ideia e daí a pergunta, mas quando falava de caráter social achava que era muito abrangente. Não sabia se não deveria ter algo específico dizendo da Freguesia, ficava mais esclarecedor.----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** respondeu que dentro da Freguesia era uma coisa e fora da Freguesia era outra coisa, mas a verdade era que isso não excluía entidades dentro da Freguesia. Concordavam com isso. Davam prioridade às coletividades da Freguesia. ----------
----- A questão era que havia muita coisa que não estava escrita no regulamento. Um regulamento era geral e abstrato, se fosse específico já era um despacho. Aquilo que estava a dizer era muito simples, quando houvesse um despacho sobre isenção nesse caso concreto que estavam a apresentar teriam prioridade e podiam considerar isso como uma auto-vinculação do Executivo, ficava registada, mas havia uma coisa que era preciso ter em conta, que isso não abrangia só a coletividade, também abrangia por exemplo IPSS. Por isso tinha que ser assim, entidades sem fins lucrativos. ----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que quando chegassem à questão das receitas iria fazer algumas questões, mas nesse caso queria deixar ali um louvor, porque em termos de receita estava orçada em 45 mil euros com o mercado e conseguiram já os 54 mil euros. Por isso, os seus parabéns. Era essa dinâmica empresarial que iam procurar ajudar a fazer e que a Iniciativa Liberal iria tentar ajudar nesse caso quando falassem na questão das receitas. ----------
----- Queria só dizer que em termos do mercado era a única rubrica da receita que nesse momento não havia nenhum desvio e que efetivamente tiveram um aumento de 8.141 euros. Também queria deixar os parabéns porque a taxa de ocupação do mercado foi mais elevada e era por aí que tinham de ir. Veriam depois as questões e seriam muito rigorosas nos desvios das receitas e nos orçamentos todos, mas ali estavam de parabéns. Era só isso que queria dizer.----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que de facto era extremamente positivo e naturalmente esses valores não refletiam aquilo que tinha a ver com esse regulamento, até porque esse regulamento do ponto de vista de receita seria absolutamente marginal. Era um facto, porque só incidia basicamente em terça e sábado. ----------
----- Aquilo que justificava esse aumento de receita era o dinamismo do mercado e esperavam que continuasse assim e que melhorasse, naturalmente.----------

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que se falava no Mercado de Santa Clara, mas o que estava a falar ali no Mercado de Santa Clara era do seu interior. O Mercado de Santa Clara não era só aquilo. Todos os alugueres que estavam feitos no exterior eram do Mercado de Santa Clara também. A Junta era capaz de ter alguma informação a dar em relação a isso. ----------
----- Depois, em relação à questão dos valores, já nos mandatos passados falavam muito nisso. Uma coisa era dizer o valor atribuído, outra coisa era o valor que estava atribuído, porque era bom que a Assembleia de Freguesia soubesse também que anteriormente se levava 10 e agora passou a levar 12, ou ao contrário, mas que soubesse a porcentagem do aumento que essas intervenções tinham. ----------
----- Por último, podia ser uma questão mais complexa, mas entidades sem fins lucrativos estaria ótimo, independente de onde elas fossem. Se havia espaços no mercado para que a Associação Acreditar fizesse ali uma coisa, se havia data, então que se avançasse. ---
----- Achava que o Executivo estaria atento a essas coisas, que havia algumas organizações que se escondiam por trás do social. Já tiveram ali casos concretos, aquilo que acontecia na Estrela de Ouro, havia lá uma associação e sabiam que nesse momento tinham uma série de entidades que se constituiam enquanto associações e quando iam ver era muito discutível que associações eram. O Executivo teria que analisar e ver, embora o regulamento dissesse sem fins lucrativos. Em termos jurídicos saber se não teria problemas, haver uma Junta de Freguesia que dizia não à Associação Zé dos Bois, depois a malta dizia que não, a seguir metiam em tribunal porque realmente eram instituições sem fins lucrativos. ----------
----- No entanto, a questão ali eram os aumentos e as rendas que a malta do exterior pagava à Junta de Freguesia. ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que concordavam, isso acontecia muito. Havia muitas coletividades que não tinham sede na Freguesia e que desempenhavam um papel muito importante na Freguesia. Disso achava que não existia qualquer dúvida e estavam alinhados, o que não invalidava aquilo que respondera ao Eleito Bruno Santos.
----- Relativamente à questão das associações, naturalmente percebia a preocupação. Aquilo que estava no regulamento era um passo no estabelecimento de critérios para a isenção, porque aquilo que existia atualmente era não haver critérios e tinham que fechar a malha. Se lhe diziam que mesmo fechando a malha havia sempre casos que suscitavam naturalmente ponderação, sim, mas em qualquer regulamento seria sempre assim. -----
----- Ficasse bem claro que aquilo que estavam ali a fazer não era abrir a margem de discricionalidade, muito pelo contrário, era estabelecer critérios para esse tipo de ato de isenção e, portanto, de não arrecadação de receita. O caminho que estavam a fazer era de definir critérios e não o contrário. ----------
----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que o Membro Vitor Agostinho acabou por referir uma coisa muito importante e que tinha a ver com a parte do cariz social e das IPSS e de ser gratuito. Não se opunham a isso, mas na realidade achava que abriam ali um leque gigante. Se ficasse as IPSS da Freguesia, para todas as outras fora da Freguesia era uma avaliação que podia ser feita pela Junta, mas não estavam a abrir a toda a gente para depois começar a fechar. Achava que a primazia eram sempre as pessoas que estavam na Freguesia. ----------
----- Não acreditava, mas era possível, se todas as IPSS de Lisboa começassem a perceber que tinham um mercado para poder atuar de forma gratuita começavam a ser solicitados, até porque o mercado era um espaço super digno para poder fazer tudo. Se pegassem nisso, depois andavam a lutar ao contrário, a tentar fechar uma porta num sítio que achava que com uma pequena palavra podiam balizar. Depois podiam começar a perceber se

fazia sentido então receber todas as outras e se tinham até capacidade para as receber. Com o que estava ali, depois teriam que isentar efetivamente todas. ----------
----- Estavam a falar na parte da isenção e estava lá escrito IPSS e entidades sem fins lucrativos. O que estava a dizer era se todas as entidades começassem a pedir à Junta, a Junta teria que isentar todas. Isso podia ser só uma dúvida sua, mas se estava ali na parte da isenção estariam a abrir. A questão lógica seria acrescentar apenas da Freguesia e depois com toda a lógica poderiam isentar, mas fazendo uma avaliação das que queriam ir, porque se fossem todas então davam o mercado todos os dias a todas as IPSS. Achava que essa pequena palavra fazia muita diferença, não alterando em nada a estrutura do próprio regulamento. ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que havia uma grande baralhação. Primeiro, para ficar bastante claro, a norma dizia "pode" e depois estavam a falar do específico sem esquecer de onde partiram e que era uma coisa muito simples, era primeiro apreciar pedidos de utilização do mercado e só depois, se o pedido fosse aceite, se avaliava a isenção. ----------
----- Estava a ser bastante claro quanto ao que determinava a isenção, não era o caráter de entidade sem fins lucrativos, isso era um critério para aceder à isenção. O que definia a isenção eram atividades com interesse social ou cultural e que necessariamente tinham que ser para a Freguesia. Ou seja, se fosse uma IPSS de não sabia onde, queria fazer no mercado uma atividade, mas que não tinha qualquer interesse cultural ou social para a Freguesia, não tinha acesso à isenção, como era normal. Nesse caso ia usar o mercado como qualquer outra entidade podia usar o mercado e aí pagava. ----------
----- O que acontecia no caso das coletividades ou IPPS sediadas na Freguesia era uma coisa simples. Por natureza, por serem sediadas na Freguesia, as suas atividades eram sempre sem fins lucrativos e recaiam sempre em interesse social e cultural, tinham sempre acesso à isenção. ----------
----- Não compreender como funcionava um procedimento e começar a baralhar tudo para criar ali um problema, achava que não parecia ter cabimento. ----------
----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que estava a gostar da postura do Vogal Tiago, via ali muito afínco nesse tipo de respostas. ----------
----- A sua questão prendia-se com uma questão simplista, não estava a entender qual era a parte da confusão que o Vogal Tiago dizia. A sua pergunta acabava por ser mais simples, se tinha algum problema em acrescentar "da Freguesia" a esse ponto. Aquilo que lhe parecia era que ou o ia leva a pensar já em outro tipo de coisas, ou então estava a jogar o mesmo jogo… começou com a parte do complicar, ninguém estava a complicar nada. Queria saber se existia algum problema em acrescentar "da Freguesia". ----------
----- Pelos vistos, aquilo que lhe parecia era que o problema estava aí e estavam a falar apenas de uma palavra para salvaguardar a Freguesia. Era aí que não estava a conseguir entender. Achava que a parte do complicar era uma birra e se fosse uma birra que assumisse, mas a palavra "Freguesia" num ponto tão específico não entendia. ----------
----- Na escola também tinha aprendido a questão dos verbos e sabia "pode ou não pode", também sabia ler. A questão era se seria difícil salvaguardar com uma pequena palavra primeiro os interesses da Freguesia, ou se o Vogal Tiago teria algum problema com isso.
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que demonstrava que não percebeu, porque a partir do momento em que metia a palavra "Freguesia" limitava necessariamente, o que significava que se houvesse alguma coletividade com sede fora da Freguesia que fizesse alguma atividade relevante para a Freguesia não poderia ter acesso à isenção. Porquê? Porque basicamente esse artigo dizia quais eram as situações em que podia haver isenção, o que significava que não havia outras situações em que podia haver isenção, não havia outras. Se pusessem ali a palavra "Freguesia", só as

coletividades e IPSS da Freguesia poderiam ter isenção, independentemente de haver outras que podiam fazer trabalho relevante para a Freguesia.----------
----- Não sabia o que queria perceber, como de facto não conseguiu responder já estava a inventar uma teoria da conspiração. Já não sabia o que podia dizer mais.----------
----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que escusavam de estar a extremar o discurso, independentemente de onde ele fosse, se iam de um lado ou de outro. A si parecia estar bem como estava, para que fosse a Junta de Freguesia a poder analisar e ver a justificação do pedido que teria que ser feito. A Junta de Freguesia ia dizer sobre aquele pedido, portanto a si parecia-lhe isso.----------
----- Não era desmerecer a ideia que o eleito do PSD estava a ter, porque era uma questão para contribuir, mas tanta coisa que tinham que extremar, porque os dividia mesmo, aquela que não os dividia tanto era ver se conseguiam ultrapassar essas questões e passar à votação disso, que era o mais importante. A ideia estava clara e era benéfica, que avançassem.----------
----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento que procede à adequação das taxas do Mercado de Santa Clara**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**
----- **XII. Apreciação e votação do regulamento da Universidade Sénior;** ----------
----- **Vogal do Executivo Ana Alves** disse que era um dos compromissos que tinham da Junta de Freguesia para esse mandato e fazia parte das Grandes Opções do Plano. A grande importância da Universidade Sénior era de facto fomentar o envelhecimento ativo aberto a toda a gente, a todos os fregueses e eventualmente não fregueses, para que pudessem participar de uma forma muito mais ativa e à semelhança daquilo que existia em outras Juntas de Freguesia. De facto, tinham essa lacuna.----------
----- Estava toda a gente muito entusiasmada, tinham auscultado os fregueses e aguardavam com muita expectativa a criação e a abertura dessa Universidade Sénior. Esteve aberta a disponibilidade para apresentação de candidaturas de voluntários e houve uma boa adesão, o que de facto os deixava muito satisfeitos e podia dizer que nesse momento tinham já dez disciplinas organizadas para iniciar a Universidade Sénior. Essas disciplinas seriam dadas por voluntários e aguardavam com muita expetativa a abertura dessa Universidade Sénior, que se tudo corresse bem seria no dia 2 de novembro no polo cultural. Portanto, esperavam que se avançasse, para se iniciar a abertura das inscrições e se poder avançar e apresentar essa situação. ----------
----- Tinham umas disciplinas muito variadas, literacia financeira, restauro, informática, proteção civil, cultura portuguesa, chi kung terapêutico, psicologia sem tabus, património, tudo isso em regime de voluntariado. Portanto, era uma grande aposta para uma população da Freguesia. Qualquer pessoa se podia inscrever, não exigia um mínimo de habilitações literárias, o que achava muito bom.----------
----- Estavam muito entusiasmados pelo início dessa Universidade Sénior. ----------
----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que a questão da rapaziada mais velhota não era velhota, porque 50 anos agora nem sequer meia idade eram. Agora falaram no local e se estavam a falar nele era porque já tinha todas as condições criadas para existir ali a Universidade Sénior. ----------
----- Não sabia se já discutiram isso, mas no regulamento havia de dizer que ia ser aplicado um valor. Saber que valores eram esses que havia como ideia e dizer uma coisa que pensava também ser interessante, que era criar condições de abertura a haver vagas que, independentemente de morarem ou não na Freguesia, pudessem participar nesse envelhecimento ativo. Era uma visão muito importante para os fregueses e para os não fregueses, que se pudesse escrever isso também, mas depois dizerem muito claramente que havendo vagas toda a gente era bem-vinda.----------

----- Tinha ficado muito satisfeito também pelo facto de se ter conseguido até agora essas tais disciplinas e com pessoas voluntárias, porque ao contrário de que podia parecer à primeira vista o êxito estava ali, não estava contratando gente, embora o regulamento o previsse e bem, mas não era com base numa atividade dessas que realmente conseguiam lá chegar, até porque em termos financeiros seria uma loucura. ----------
----- Acreditava que tinha que haver ali uma vertente profissional dos trabalhadores, que tinha essas coisas todas administrativas, embora não fossem ali e nem tinham que ir. Só queriam saudar essa atividade que existia em quase todas as Freguesias de Lisboa e que felizmente também estavam a acompanhar, o que era bem-vindo e os seus parabéns à Junta de Freguesia por essa atividade. ----------
----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que tinha algumas questões. Por princípio, e dizia devagar para que todos percebessem, achava a ideia excelente, não tinha nada contra a ideia, achava uma iniciativa louvável. O Executivo estava de parabéns pela iniciativa, apenas tinha uma ou outra questão e iria tentar ser sucinto. ----------
----- A questão da ponderação de custos e benefícios, que não estava suficientemente claro e provavelmente o Executivo também ainda não tinha o levantamento desses dados, mas era importante terem uma ideia desses dados. ----------
----- Depois havia uma situação, em que se falava que era a assunção de um compromisso do plano de atividades em funcionamento da Junta, mas mais à frente falava em estrutura orgânica. Perguntava se a terceira estrutura orgânica que estava por abrir dizia respeito a essa questão da Universidade Sénior ou não. ----------
----- O projeto dizia o seguinte: "A Universidade Sénior de São Vicente constitui um serviço público de natureza social integrada na orgânica da Freguesia de São Vicente.". Só estava a clarificar. ----------
----- Depois a gratuidade dos professores, porque a determinada altura dizia que quando não existiam voluntários com a competência e a formação adequadas para atividades consideradas fundamentais a Junta de Freguesia podia recorrer a professores remunerados. O problema era que o despacho 132/2021 estabelecia como princípio a gratuidade dos professores. Portanto, tinha receio que isso pudesse entrar ali em conflito, mais tarde haver situações em que tinham que recorrer, nesse caso o Executivo, a professores remunerados e que fosse contra o despacho. ----------
----- Por fim o número 2, que falava na questão dos acordos e parcerias. Achava que também era importante não só deixar isso ao cuidado da Junta de Freguesia, mas também envolver a Assembleia de Freguesia no sentido de poder fiscalizar esses acordos e parcerias e não ficar única e exclusivamente na Junta de Freguesia. O mesmo se aplicava a outros pontos, mas para si eram os principais e aqueles que mais lhe suscitaram as dúvidas. ----------
----- Terminava, porque a última imagem era sempre a que ficava e achava que ainda não tinha dito, era uma excelente ideia do Executivo, bela medida, estavam totalmente de acordo. ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** agradeceu os comentários e também pelo elogio. ----------
----- Relativamente à questão da orgânica, era a que estava atualmente em vigor. O que isso no fundo dizia era que seria um serviço que se integrava em todos os serviços que a Junta de Freguesia prestava, no fundo era uma formalidade para ficar claro que se integrava na orgânica da Freguesia e não implicava nesse momento qualquer alteração à orgânica. A implementação da Universidade Sénior fazia-se no quadro da atual orgânica e teria trabalhadores da Junta de Freguesia afetos a essa atividade. ----------
----- Relativamente à questão dos professores, era como dizia, estabeleciam o princípio de que tinham que ser voluntários, até no seguimento daquilo que o Eleito Vítor

Agostinho dizia. Aquilo que queriam garantir era que a Universidade Sénior não deixava de ter uma ou outra disciplina que fosse considerada por todos importante porque não havia voluntários nessa área, mas isso não punha em causa o respeito pelo despacho. Como bem dizia, por princípio era por pessoal voluntário e o regulamento respeitava isso na totalidade.----------

----- A questão do número 2 era uma obrigação, tinham que informar a Assembleia de Freguesia de acordos que viessem a ser feitos no seguimento dessa disposição. No fundo, confirmar esse entendimento. ----------

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** perguntou se quando falavam em coordenador técnico, sabiam que era um bocado mesquinho nisso, mas se o coordenador técnico estava nos quadros atuais da Junta ou se iam recrutar fora.----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava por agradecer ao coordenador técnico, que era dos quadros, que tinha feito um excelente trabalho na organização da escola da Universidade Sénior, tinha trabalhado aficadamente durante meses para que isso fosse possível, juntamente com a Vogal e com a Diretora. Portanto, um agradecimento pessoal à Carla, que estava e iria continuar a coordenar tecnicamente a Universidade. ----------

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento da Universidade Sénior**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- **XIII. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, e da informação relativa à situação financeira da Junta de Freguesia;**----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podiam começar por responder a algumas das questões que já foram levantadas pelo Membro Eleito Daniel Adrião. ----------

----- A questão das avenças, como sabiam, a Junta de Freguesia tinha os CAFs e AAAFs que eram prestadores de serviço, tinham os cantoneiros que eram prestadores de serviço. Portanto, muitos dos prestadores de serviço estavam nessa rubrica. ----------

----- Tinham agora os AECs, que era outra delegação de competências que foi agora assumida pela Junta de Freguesia. Portanto, contratavam professores para as AECs. -----

-----Evidentemente que havia um aumento natural dessas avenças, juntamente com o devido apport financeiro, nesse caso para as AECs, que foi da Câmara Municipal de Lisboa a verba para fazer face e para conseguirem também prestar um melhor serviço às crianças. ----------

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que tinha pegado em todo o relatório financeiro e em todo o plano de atividades. Em primeiro lugar queria dizer que em termos do plano de atividades estava tudo muito bem discriminado, sabiam muita coisa, mas relativamente ao relatório financeiro faltavam ali algumas informações e só queria ali lançar alertas para ajudar no sentido de fazer um retrato financeiro de toda a situação.

----- Todos esses mapas que lhes enviaram não estavam justificados e era preciso criar alguns indicadores para ver o que iam fazer a partir daí. Então, faria o seguinte: falar em cada um desses pontos e depois ia fazendo perguntas e depois responderiam a cada uma desses pontos que iam ser várias questões relativamente às despesas, às receitas, aos investimentos, aos compromissos, às ações, a esse resumo todo.----------

----- Pegando no orçamento global, no mapa de resumo, tinham uma receita orçamentada de 5.743.000. Com o saldo anterior de gerência ficavam com 7 milhões. Ou seja, estavam a falar de um orçamento de tesouraria de 7 milhões e em termos de execução, falando na ótica da receita, tinham executados 62% a julho. Pensava que era uma boa execução. Quando inicialmente abstiveram na votação orçamental viam ali um problema, quer na receita, quer na despesa e quer no cumprimento do saldo, que agora ia tentar discriminar tudo com algum pormenor. ----------

----- Relativamente à receita, dependiam essencialmente da contribuição dos fundos estatais e nessa componente só queria fazer ali algumas questões que podiam vir a ser preocupantes. As dotações orçamentais eram fáceis de cumprir, iam conseguir chegar às dotações orçamentais que tinham ali, eram acordos feitos, mas questões que na sua opinião iam desviar a componente dos 7 milhões de receitas previstas. Queria perceber se conseguiam não ter essa redução de receita programada.----------
----- Por exemplo, tinham ali uma questão que eram donativos de 65.900 euros, esses donativos iam ou não ser possíveis de cumprir. Tinham eixos programáticos, CDCs de 96.051, se era possível chegar ainda a essas componentes. A soma dessas duas componentes dava 162 mil euros. ----------
----- Relativamente à ocupação de via pública tinham receita prevista de 125 mil euros, publicidade de 125 mil euros, zero executado. Tinham 250 mil euros de receita prevista, queria saber se conseguiam ter ali um alerta relativamente a essa questão. ----------
----- Arraiais e festividades, tinham receita prevista de 171 mil euros e tinham efetivos recebidos de 78 mil euros. Isso queria dizer o quê? Ainda iam conseguir até ao final do ano chegar a esses 171 mil euros? O que isso queria dizer era que se somassem todas as rubricas que tinham ali podia haver uma quebra de receitas de 688 mil euros. Na sua opinião podia ser preocupante e só queria perceber se era possível ou não ainda chegar a esses valores, nomeadamente os donativos, a questão dos eixos programáticos, que estavam com 96 mil euros em falta, a publicidade 125 mil, a ocupação de via pública 125 mil. No mercado tinham um superávit de 1141 euros. Nos arraiais, saber como chegavam a essa receita de 161 mil, receberam 78 mil, se ainda era possível ou não. ----------
----- Estavam em causa, nas suas contas, 388 mil euros e queria saber o que achavam neste caso, se eram valores ainda possíveis ou se iam ter redução de receitas nesse montante. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinham aumentado a execução. O objetivo era executar, ao contrário do que tinha acontecido, ou que aconteceu nos anos anteriores, nos outros mandatos, conseguir executar o Orçamento na sua totalidade. As receitas e nesse caso mais particularmente a questão dos CDCs, era um dos objetivos. Tinham realmente as dotações orçamentais que muitas vezes não faziam face, mas isso era um problema que estava agora a ser discutido. Aliás, há bem pouco tempo houve um congresso na ANAFRE em que se falou outra vez dessas questões. ----------
----- Tinham dotações orçamentais que não faziam face sequer àquilo que tinham sido os aumentos salariais ao longo desses anos. Recebiam por parte do Estado orçamentos que em termos de recursos humanos e das competências que foram recebendo da descentralização e não só, na verdade essas dotações orçamentais também tinham que ser atualizadas para fazer face àquilo que eram realmente as competências. Portanto, era sempre um problema e, evidentemente, as dotações orçamentais eram sempre suborçamentadas. ----------
----- Relativamente aos donativos, tinham a ver com os patrocínios que recebiam. Relativamente ao arraial tiveram um patrocínio da Sagres que rondava o valor de 62 mil euros e, portanto, esse patrocínio ia ser recebido. ----------
----- Relativamente ao licenciamento da ocupação do espaço público, estavam a fazer finalmente e dando também os parabéns ao diretor que estava a montar e que montou essa equipa de licenciamento do espaço público, que era uma coisa que não tinham, infelizmente a Junta de Freguesia não tinha fiscais. Felizmente que agora estavam a trabalhar para ter uma equipa que ia conseguir fazer aquilo que tinha que fazer, que era o seu papel, que era fiscalizar, perceber realmente se estavam a ser pagas as licenças de ocupação de via pública que sabiam muitas vezes não estarem a ser pagas, ou por esquecimento, não interessava o motivo.----------

----- Essa equipa de licenciamento do espaço público ia, no fundo, executar essa tarefa hercúlea que era conseguir bater todas as esplanadas, todos os espaços comerciais, todas as publicidades que ao longo desses anos foram sendo feitas e muitas vezes não licenciadas na Junta de Freguesia. Iam ter dois elementos constantemente na rua para fazer essa fiscalização. A equipa ia começar agora a trabalhar, já tinham um elemento que estava a fazer a identificação dos vários espaços, mas agora sim, já tinham a equipa formada com dois elementos. Portanto, esperavam que até ao final do ano, esse era o objetivo, conseguissem realmente ter esses valores de receita que eram previstos formalizados e do lado da Junta.----------
----- Relativamente aos arraiais, também já foi muito franco e achava que tinham que ser francos. Achavam, ao contrário de outros Membros eleitos, que os arraiais não só pela questão da tradição, mas pelo impacto positivo que tinham no tecido comercial, no associativismo e naquilo que eram as Festas de Lisboa, eram realmente um marco da Freguesia e por isso tinham que ter uma discussão franca e aberta, apresentando as contas, mostrando como estavam os resultados e tentando melhorar. Isso ia ser feito, iam anunciar em breve uma data para apresentar e depois para também falar com a Assembleia e perceberem em conjunto o que poderiam fazer para melhorar os resultados e ter um melhor modelo, mas o objetivo era continuarem a ter, no fundo, aquilo que era considerado um dos melhores arraiais da Cidade de Lisboa.----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** perguntou se então podiam ficar descansados e que esse desvio de 380 mil euros não seriam esses 380 mil euros.----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que a totalidade provavelmente não. Tinham a segurança que iam ter só em espaço público, como também tiveram com o mercado esse aumento, tinham a certeza que nos próximos meses, com a fiscalização e com o licenciamento a decorrer, com a normalidade que era necessária e efetiva, que iriam conseguir diminuir esses impactos e essa diferença.----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que sobre receitas, relativamente a cobranças, notava-se ali que havia 45 mil euros em cobranças. Perguntou se havia alguma questão de dificuldade, nomeadamente as escolas do Fado, que notava um saldo em dívida sempre elevado. Estavam a falar a 31 de julho.----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que tinha havido alguns problemas e estavam a tentar trabalhar para regularizar todas as dificuldades de pagamento.---------
----- Dava nota que levariam à próxima Assembleia de Freguesia, porque o regulamento de Fados tinha umas taxas que estavam em regulamento, necessariamente, e aquilo que tinha acontecido nos anos anteriores, principalmente no ano passado, houve umas isenções de taxas que tinham que ser levadas ali à Assembleia de Freguesia, assim como levariam também a isenção de taxas para o próximo ano, porque a escola estava ainda a consolidar-se e, portanto, precisava de ter atratividade.----------
----- Relativamente à cobrança, isso estava a ser trabalhado.----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que passava para as questões relativamente à rubrica das despesas. Tinham um executado pago de 2,761 milhões, como o seu colega já tinha dito. O pessoal estava cumprido, estavam a cumprir 52% da execução com o pessoal. A aquisição de bens e serviços, 34,15%, o executado estava baixo. ----------
----- Depois tinham a grande questão, que era a aquisição de bens de capital e investimento. Realizaram 45 mil euros dos 937 mil euros, estavam com o grau de execução na ordem de 4,88%. A sua questão era que esse nível de execução em termos de investimento preocupou sempre, desde que falavam na dotação orçamental, que a base dos orçamentos passasse para a componente de pessoal, componente de horas extras, componente de subcontratações e tinham ali sempre o problema do investimento ser considerado uma almofada que depois servisse para ajustar os não cumprimentos de

alguns orçamentos. Perguntou se havia alguma justificação para esse desfazamento relativamente ao ajustamento.----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que tinham uma rubrica de investimento no valor de 500 mil euros, investimento em patrimónios, e pretendiam em breve investir esse dinheiro também nessa vertente para conseguir ter mais investimento de bens e capitais, nessa perspetiva.----------
----- Relativamente à questão da aquisição de bens, estavam abaixo porque o objectivo também era esse. Quando faziam a aquisição de uma máquina para pintar passadeiras, que era uma coisa que tinha uma perspetiva de conseguir reduzir na despesa em 10 mil euros anualmente, estavam a fazer isso em várias outras áreas da Freguesia, que era no fundo conseguir perceber se conseguiam adquirir e internalizar os serviços para não terem que adquirir tantos bens, para não terem que adquirir tantos serviços. Portanto, isso também era um dos objectivos, era uma das coisas que tinham estado a trabalhar.------
----- Havia também a questão das iluminações de Natal, por exemplo, que também foi uma aquisição de bens que faziam e que esse ano conseguiam reduzir em cerca de 50 mil euros o serviço que era prestado. Portanto, isso eram aquisições de bens e de serviços que estavam a tentar reduzir e conseguir de alguma forma ter ganhos de eficiência.---------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que em termos de execuções, também em termos de despesa, a rubrica para famílias de 30 mil euros já tinha uma execução de 87,5% e achava que possivelmente teria que ter um reforço. Queria saber se estava programado essa questão também.----------
----- A questão das horas extraordinárias, iam com uma execução de 75% a julho e a parte de regimes de tarefas e avenças com 66%. Queria saber se havia algum perigo de desfazamento dessas duas rúbricas e se estava pensado alguma coisa relativamente à questão da dotação orçamental para as famílias, que estavam com uma execução de 87,5%. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente às famílias tinham feito, como era de conhecimento público, vários passeios de famílias a custo zero, gratuitos. Tinham ainda o objetivo de continuar a fazer esses passeios e não só, tinham também outras atividades, a atividade de Natal, iriam ter agora um passeio também em outubro. Eventualmente teriam que fazer aí um reforço nessa perspetiva, para conseguirem fazer face àquilo que eram algumas das opções programáticas de investir em momentos de família e em que as pessoas conseguissem não só ter passeios, mas também outras questões como o vale, que também tinham para fazer face ao aumento do custo de vida. Portanto, isso eram algumas questões que fariam eventualmente um reforço, devido à execução que tinha. ----------
----- As tarefas e avenças, tinham como objetivo conseguir normalizar esse ponto, eventualmente agora tinham a questão dos concursos públicos em que muitos dos prestadores de serviço iriam deixar de ser tarefeiros e passar para os quadros. Portanto, haveria também esse equilíbrio de alguma forma e teriam evidentemente algum controle para conseguir manter a questão das avenças e dos prestadores de serviço minimamente regularizadas. ----------
----- Nesse ano tiveram essa opção de ter os professores da AECs. Eram avenças que à partida, numa primeira fase, não tinha a certeza se tinham essa questão prevista, mas que depois optaram por fazer esse serviço e fazer com mais qualidade, havendo também aí de alguma forma um desfazamento daquilo que era a previsão inicial.----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que uma questão que surgiu algumas vezes foi relativamente ao valor pago e aos compromissos assumidos. Tinham o valor pago efetivo de 2.761.000, mas compromissos assumidos de 3.680.000. Estavam a falar de transitar e compromissos assumidos na ordem dos 908.000 euros. Perguntou se havia alguma

justificação para que se tivesse feito essa questão. Não era tesouraria, porque tinham um fundo de gestão suficiente, mas se havia alguma justificação para esses compromissos assumidos ainda não se terem transformado em despesa efetiva, pagamento efetivo.---
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que isso tinha a ver com os contratos que estavam em execução, em que naturalmente tinha que haver um compromisso, por exemplo uma prestação de serviço, mas em que ela ia sendo cumprida regularmente e, portanto, o valor não ficava logo todo pago, mas estava comprometido, porque senão nem sequer podiam celebrar o contrato. ----------
----- **Membro Luís Souto (IL)** sugeriu então que o saldo depois efetivamente calculado não fosse o que estava, mas já tivessem o saldo real, já deduzindo esses compromissos assumidos. Só para terem uma ideia de que o saldo real seria os 718.000 euros e não 1.600.000. Era só essa a questão que colocava. ----------
----- Depois, como nota final, era relativamente a uma pequena correção, que havia 20 euros de diferença entre o que pagavam e as receitas sobre o que estava no relatório de gestão, na informação financeira, página 8 e 9. A diferença eram 20 euros, era só uma questão formal, mas corrigissem depois o relatório de informação financeira, página 8 e 9, em vez de ser 62 eram 42. Só para não ficar com essa diferença contabilística que às vezes podia levantar problemas em questões de fiscalizações de finanças ou coisas assim.
----- Pensava que responderam às questões que tinha. De qualquer maneira, levantavam-se as suas preocupações. Considerava que a execução da receita ia sofrer uma redução e notava que, por outro lado, tinham aumento de despesas efetivas. Ou seja, o próximo Orçamento ia ser muito complicado, de muito rigor, porque as receitas iam ser as mesmas, não teriam o estofo financeiro do saldo de gestão.----------
----- As contas que tinha ali, depois nessas reuniões iam acompanhando tudo o que se ia fazendo. Ia deixar um relatório que tinha, esses mapas todos e depois também deixava ali para os Membros da Mesa, para depois irem acompanhando isso. Era só para terem uma noção e atuar, porque achava que a eficiência de gestão era conseguirem ter informação update atualizada, para não reagirem depois. Era só essa a sua questão. Tentava numa lógica sempre proativa ajudar, mas colaborando. Colocava esses mapas à disposição e iam começando a trabalhar nesses mapas, porque pensava que dessa forma tinham um retrato financeiro muito mais apurado. ----------
----- Surgiam os alertas e atuavam sobre os alertas. Esse era o objetivo, atuar quando os alertas eram detetados. ----------
----- Sobre as ações, já tinha feito contas, os arraiais que tanto se falava já estavam orçamentados em termos dos custos imputados, eram 314 mil euros, depois veriam no relatório, foram pagos 230 mil euros, tinham receitas correspondentes na ordem dos 78. As suas contas, antes de ver os resultados e os apuramentos, seriam os arraiais a ter um prejuízo efetivo de 235 mil euros, sem imputação de custos diretos. Seria por alto quando tinha visto os orçamentos dos arraiais. Podiam perder na ordem dos 300 mil euros, eram as contas lineares que faziam e daí a necessidade que tinham de apurar bem esse custo. Era um custo muito importante para a Junta e em conjunto deviam ter que fazer qualquer coisa para isso não acontecer no próximo ano, porque considerava que o próximo ano iria ser um ano muito difícil em termos orçamentais. ----------
----- As despesas já estavam assumidas, muitas delas. Não ia ser fácil na redução das despesas e não queriam que o investimento fosse sempre o sacrificado. Achava que o investimento não devia ser sempre o sacrificado nesse tipo de orçamentos, como era no Orçamento Geral do Estado, como era na maior parte das autarquias e das Juntas que tinha acompanhado também. ----------
----- Por isso, só pedia para que fossem analisando isso com muito cuidado. Ia levando sempre esses dados, ia disponibilizando esses elementos. Isso funcionava como avisos,

alertas à navegação e iriam tentar atuar sobre esses alertas. Não estavam ali para criticar o que fosse. Tinham medidas diferentes e defendiam formas diferentes de alocação de verbas, claro que sim, mas estavam ali para buscar um consenso e nesse momento, como Iniciativa Liberal, queriam apenas ajudar nesse caso e gerar os alertas para ajudar a ter indicadores para depois tomarem decisões o mais eficiente possível. ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu os contributos e a análise lúcida e transparente com que o Membro eleito levou todos os contributos.----------

----- Tinham como objetivo aumentar as receitas e sabiam que essa ia ser uma das questões que iriam em sede própria, em direito de oposição, levar para terem conhecimento daquilo que eram as previsões, daquilo que era também o plano para conseguir diversificar as fontes de receitas e também aumentá-las. Portanto, em sede própria falariam sobre esse ponto também para conseguirem dar os contributos e fazerem a análise.----------

----- Relativamente aos arraiais, mais uma vez, estavam sempre disponíveis para ouvir a população, ouvir os comerciantes, ouvir a sociedade civil, ouvir as coletividades, ouvir os Membros eleitos e, em conjunto, tomar aquelas que eram as medidas necessárias. Evidentemente, percebiam que tinham que fazer alguma coisa. Achava que seria praticamente unânime que era necessário perceber como conseguiam com que o arraial se tornasse mais sustentável. Queriam que fosse um arraial que perdurasse durante anos e anos e, portanto, tinham que perceber como conseguiam tornar mais sustentável não só o arraial, mas como tudo aquilo que faziam.----------

----- O objetivo do Executivo era sempre adotar as medidas que fossem mais sustentáveis possíveis para que a Junta tivesse essa possibilidade de conseguir ter um crescimento das suas receitas, daquilo que eram também os objetivos de crescimento de uma Junta que estava com grandes desafios. Portanto, estavam completamente alinhados em trabalhar em conjunto, fosse com a Iniciativa Liberal ou com qualquer outro Membro eleito que assim o pretendesse. Mais uma vez o seu obrigado pelos contributos.----------

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que queria aproveitar e salvaguardando-se da informação escrita, tinha alguns pontos que achava que podiam utilizar, até porque a informação escrita era no fundo um balanço da atividade da Freguesia e havia pontos que podiam ver esclarecidos, relacionados precisamente com essa atividade.----------

----- Tinham conhecimento e já se falou ali, pensava que o Daniel aflorou esse tema, o Luís agora também voltou a falar nisso e o Presidente respondeu, relacionado com o regime de tarefa ou avença que tinha a ver com a questão dos funcionários dos CAFs, dos AAAFs, da higiene urbana, os prestadores de serviço que tinham na Junta de Freguesia. Isso para si era claro e havia uma questão que tiveram conhecimento, que desde maio não houve renovação de contratos com esses colaboradores que estavam nesse regime e que estavam a ser chamados agora para serem assinados esses novos contratos dos prestadores de serviço que tinham na Junta de Freguesia, fosse na educação, fosse na higiene urbana.----------

----- A determinada altura o Executivo da Junta estava a fazer contratos mensais a essas pessoas. Houve uma altura que era de dois meses, depois passou a mensal e desde maio que as pessoas continuavam a trabalhar e que estavam agora a assinar os contratos, ou seja maio. Desde maio não houve renovações de contratos e não houve assinatura dessas mesmas renovações. Queria saber em primeiro lugar se essa informação que lhe foi dada era válida, se estava certa ou não e a razão disso ter acontecido. ----------

----- A segunda questão que queria perguntar e até estava um bocadinho ligada a essa. Obviamente que desde sempre e foi identificado até pelo Executivo que havia ali uma falta de mão de obra, nomeadamente na higiene urbana. Lembrava-se que quando tomaram posse havia sete ou oito elementos da higiene urbana propriamente dita, não

contando com a equipa dos espaços verdes e não contando com a equipa dos espaços públicos, que eram equipas que à altura da tomada de posse eram independentes da higiene urbana propriamente dita, cantoneiros. Havia sete elementos e obviamente que uma Freguesia não conseguia sobreviver criando um bom serviço de higiene urbana com sete elementos para 22 cantões, como era o caso. Houve um investimento em colocar uma série de pessoas novas que entraram, umas via entrada direta, outras até foram de Freguesias vizinhas, no mesmo regime de avença ou no caso recibos verdes.----------
----- Considerava, mas diriam se estava enganado ou não, mas considerava que ainda tinham espaço para aumentar o número de recursos humanos precisamente nessa área e aquilo que perguntava era se estava previsto entrar mais alguém. Se não estava previsto, qual a razão de não estar previsto entrar mais alguém, se era por uma qualquer dificuldade financeira do ponto de vista orçamental, se não tinham orçamento para alocar ali mais pessoas para isso.----------
----- Fazia uma declaração de interesses. Por princípio achava que juntamente com a educação esse era um tema que deveria merecer o maior número de pessoas a trabalhar para a Freguesia, porque era de facto o tema que maior pressão também gerava na Junta de Freguesia, a questão da higiene urbana.----------
----- Sabia que não iriam concordar, mas continuavam a ter problemas muito grandes de higiene urbana na Freguesia. Não diria diariamente, mas provavelmente dia sim dia não recebia mensagens com fotografias no WhatsApp com situações da Freguesia suja. Diriam que não podia estar um cantoneiro em qualquer esquina da Freguesia e era verdade, mas achava que havia ali um problema de pressão demasiado grande do ponto de vista da higiene urbana e a informação que lhe deram, até de pessoas que pediram se a Junta estava a recrutar para a higiene urbana, disseram que não, que nesse momento não entraria mais ninguém. Queria só confirmar essa informação, se era válida ou não.
----- Outra questão e até foi aflorado pelo Presidente numa das respostas que deu, dizia respeito à equipa de fiscalização que estava a montar, ou que já estava montada e tudo mais. Também sabia que a equipa de fiscalização tinha um determinado tempo para entrar em serviço. Quando essa equipa estaria operacional? Quando isso ia acontecer? Já estava? Ia estar para a semana? Ia estar daí a um mês? Quais eram os passos a dar até que essa equipa estivesse na rua e a cumprir aquilo que era a sua respetiva função?---------
----- Depois mais duas questões, uma delas também uma pergunta que dizia respeito ao concurso que na última Assembleia falaram e o Executivo deu como resposta que no final de outubro iriam ser feitos os exames médicos e iam ser feitos internamente, até para ganhar ali tempo. Segundo pensava, foi essa uma das justificações que deram nessa altura. Tendo em conta que esses exames iam ocorrer no dia 28 e não sabia se responderam, se calhar responderam e pedia desculpa por estar a fazer a pergunta novamente, mas saber qual o timing para que entre os exames e a finalização do concurso perspetivavam que estivesse finalizado, se havia algum espaço temporal.----------
----- A propósito desse não responderam, a propósito de uma pergunta feita pela eleita do PCP relativamente à questão do arraial e aquela habilidade que fizeram da apresentação de contas publicamente e tudo mais, depois retiraram a publicação nas redes sociais. Na altura isso foi levantado e o Senhor Presidente respondeu para irem ver ao base.gov…. Não foi isso que responderam? Não foi. Pronto, isso estava filmado, mas a ideia de pelo menos ali grande parte das pessoas que ficou foi que o Senhor Presidente disse para irem consultar o base.gov, que no base.gov estavam lá as informações todas que queriam.--
----- Por acaso tinha ido ver o base.gov e desde o início do mandato até agora estavam lá 44 movimentos, sendo que alguns deles eram colaboradores, prestadores de serviço inclusivamente e que em relação ao arraial zero, bola, não tinha lá nada. Portanto, só para fazer menção desse facto.----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente à higiene urbana, mais uma vez e já dissera várias vezes, era um desafio da Cidade de Lisboa, era um desafio que precisavam muito do apoio não só dos moradores, mas também da Câmara. Voltando a repetir, era necessário que houvesse um reforço e recolha do lixo ao domingo, que ainda não havia e era importante. Faziam esse trabalho diariamente e agora com tempo iam enviar as fotos todas, estavam a fazer um registo fotográfico detalhado com a localização e com a hora dos locais, das zonas em que verificavam questões que eram necessárias enviar para a Câmara e iam começar a publicitar para que as pessoas tivessem realmente conhecimento daquilo que era o trabalho da Junta e daquilo que faziam em termos de higiene urbana. ----------

----- Iam publicitar, haveria a possibilidade das pessoas perceberem em tempo real o que a Junta andava a fazer, os locais, as fotos que tiravam, o lixo que foi apanhado, com a localização, a data e a hora e a competência da Câmara que não estava a ser cumprida. Portanto, o que tinham que melhorar do lado da Junta, o que a Câmara precisava de melhorar do seu lado, porque isso não era um contra o outro, não era uma questão de colocar uns contra os outros, mas sim de trabalharem todos em conjunto e que cada parte tivesse a sua responsabilidade, fossem os cidadãos, fosse a Junta, fosse a Câmara. -----

----- Relativamente a isso, mais uma vez não podia deixar de elogiar aquilo que tinha sido o trabalho da equipa de higiene urbana. Fizeram um grande reforço no início desse mandato por perceberem que era uma área muito desafiante e com a pressão turística que atualmente a Freguesia tinha diariamente. Há pouco tempo tiveram uma reunião, já tinha dito, havia mais de 170 mil pessoas a irem visitar o Panteão, para além dos miradouros, para além de tudo o que essa operação de população implicava na Freguesia, uma Freguesia que tinha 10 mil pessoas e que diariamente havia uma população muito maior e uma pressão muito grande nos seus bairros. Isso era sem dúvida um grande desafio que tinham em São Vicente e para isso precisavam de um grande trabalho e era isso que tinham conseguido fazer com o reforço dos trabalhadores.----------

----- Aquilo que estavam a fazer de momento, como tinham dito no início desse mandato que ainda não fez um ano, estavam quase a finalizar os concursos públicos que estavam parados há três anos. Portanto, em menos de um ano estavam a finalizar os concursos públicos e se tudo corresse bem depois dos exames médicos, se não houvesse reclamações que também faziam parte dos procedimentos e quem quisesse tinha esse direito permitido por Lei, mas se não houvesse reclamações, se tudo corresse dentro dos prazos normais, após esses vinte dias iam ter então a entrada nos quadros de várias das pessoas, não só da higiene urbana, como também na área da educação, as que concorreram. ----------

----- Isso era um trabalho que fizeram a contra-relógio, em menos de um ano conseguir finalizar um concurso que estava parado há três anos. Evidentemente que antes de se fechar um concurso não fazia sentido estar a abrir outro. Primeiro tinham que fazer uma análise clara daquilo que eram os reforços que iam fazer com esses novos trabalhadores e a partir daí, a partir dessa análise e a partir da reestruturação que a Junta estava a ter, Tinham atualmente três encarregados, tinham agora um diretor dedicado a conseguir organizar melhor a higiene urbana, a equipa de espaço público, as outras equipas todas, queriam criar realmente uma equipa que funcionasse bem em todas essas vertentes e depois de fazer essas análises concretas, depois do concurso estar concluído, então aí fazia sentido fazer uma análise de realmente quantos mais recursos precisavam para conseguir melhorar a higiene urbana. ----------

----- Evidentemente, não se faziam omeletes sem ovos e, portanto, também não conseguiam meter muito mais gente se não houvesse um incremento daquilo que, no fundo, eram as verbas que recebiam para fazer face aos custos e a essa pressão diária que

tinham. Eram atualmente das cinco Freguesias com maior pressão na Cidade de Lisboa, os números aumentavam diariamente, alguma coisa tinham e isso por um lado era positivo, porque as pessoas queriam visitar o bairro, mas isso envolvia desafios, envolvia verbas e principalmente agora a questão da Volta, que era tão falada pelo Presidente Carlos Moedas. Também tinha esses desafios e isso era público, o Presidente Carlos Moedas foi falar como essa questão da Volta prejudicou a higiene urbana. Se prejudicou a higiene urbana, evidentemente também prejudicava a higiene urbana das autarquias, era um reflexo. Portanto, relativamente à higiene urbana era isso que podiam dizer, também dos concursos estava mais ou menos falado. ----------

----- Quanto à equipa que ia, no fundo, estar a fazer as fiscalizações, que era também uma figura que nunca existiu na Freguesia e que estavam a implementar, seria uma equipa que ia ter não só duas pessoas na rua, teria um técnico superior a fazer toda a avaliação, toda a parte do licenciamento, a perceber quais eram as questões, porque não seriam apenas questões de licenciamento e de receita. Iriam fiscalizar e já fizeram isso, quando havia por exemplo monos na rua. Dando um pequeno exemplo, há pouco tempo tiveram um dono de uma obra, um empreiteiro, que deixou um saco cheio de entulho na rua. A primeira coisa que fizeram foi alertar o fiscal a ir ao local, alertou que essa situação não poderia acontecer e que se acontecesse essa pessoa iria ser autuada. Isso foi na zona de Santa Engrácia e felizmente, passadas algumas horas, o senhor retirou esse entulho do espaço público. ----------

----- Os fiscais iriam ter esse trabalho de andar na rua e isso já estava a acontecer. Evidentemente faltava depois a parte da formação que já estava a acontecer, que era diária. Tiveram um fiscal que felizmente também já teve alguma formação com outros fiscais, agora faltava o outro elemento ter e nas próximas semanas iriam fazer uma formação detalhada para que tivessem esses conhecimentos, mas já andavam na rua a fazer essas pequenas missões, que era no fundo perceber onde estava o entulho no espaço urbano, alertar as pessoas. Tinham também venda ambulante em certas e determinadas zonas, por exemplo no Miradouro da Graça, que estava relacionado com a Igreja, que às vezes queriam meter ali um bocadinho mais para fora e iam alertando que não era possível. ----------

----- Portanto, já existia essa presença diária nas ruas, ia ser fortalecida, ia ser ainda mais presente e todos iriam conseguir perceber. Isso já estava a decorrer e com alguma antecedência poderia levar mais informações sobre esse assunto. ----------

----- A questão dos contratos, isso era uma questão muito simples. A questão dos contratos inicialmente mensais tinha que ver com a Junta não ter verba suficiente para conseguir fazer contratos a prestadores de serviço, não tínham receita suficiente para conseguir fazer contratos para além do orçamento que estava estipulado e que era mensalmente. Não conseguiam fazer contratos para todos se não fosse dessa maneira. A partir do momento que já conseguiam ter essa verba arrecadada não era necessário fazer contratos mensais, conseguiram aumentar o prazo dessa contratação e deixou de ser mensal. Isso foi apenas uma questão circunstancial de conseguirem ter essa solução para conseguir fazer face a essa questão. ----------

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que pedia desculpa ao Senhor Presidente porque se calhar tinha-o induzido em erro, ia partir desse princípio.----------

----- Não pusera em causa a questão dos contratos serem mensais ou bimensais, o que punha em causa e questionava era haver pessoas, prestadores de serviço, que tinham contrato até dia 31 de maio e não assinaram mais nenhum contrato e que continuaram a trabalhar na Junta de Freguesia em junho, em julho, em agosto e em setembro. Estavam agora a ser chamados para assinar esses mesmos contratos e perguntava se as pessoas

estiveram ali a trabalhar em junho, em julho, em agosto e em setembro sem contrato. Era isso que tinha perguntado. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente a essa questão não sabia em concreto o que se estava a dizer, provavelmente teve acesso, não sabia, mas provavelmente teve conhecimento e conseguiu ler esses contratos, mas os contratos tinham editamentos e sabia que estavam celebrados de setembro até ao final do ano com esses aditamentos. Se dizia que não era porque provavelmente teve acesso a essa informação, mas não iam estar ali a confirmar ou desconfirmar se era verdade ou não. Era essa a informação que tinha, se houvesse outra tudo muito bem. O Membro eleito teve conhecimento factual, iriam analisar, ia ver se houve ali alguma questão e depois também falava com o Membro eleito para perceber se houve ali alguma questão, porque não iam sair desse ponto se não fosse assim. ----------
----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que era só decorrente da resposta que lhe foi dada. Em relação à questão dos recibos verdes estavam arrumados, como calculava não sabiam e iam tentar saber. ----------
----- Em relação à questão que tinha colocado das novas entradas na higiene urbana, obviamente que decorrente do concurso iam pessoas passar para o quadro, mas que estavam atualmente como prestadores de serviço, isso não eram novas entradas, isso era uma mudança no tipo de contrato que as pessoas tinham, passariam a ter o tipo de contrato nos quadros e deixar de ter recebos verdes. Não estava a falar dessa questão, obviamente que haveria novas entradas, mas eram entradas encapotadas, substituições.----------
----- O que estava a falar e isso era mesmo genuíno, não sabia quantas pessoas estavam afetas à higiene urbana e quando tinha falado na higiene urbana não foi na recolha do lixo, estava a falar das pessoas que andavam a varrer, a lavar e tudo mais e obviamente que isso tinha zero a ver com as pessoas e com o trabalho que as pessoas faziam. O que achava, era a sua convicção, era que as pessoas também havia uma coisa que não faziam, era milagres. As pessoas na sua opinião, salvo outra que pudesse ser melhor, eram em número insuficiente para o trabalho que essa Freguesia tinha que ter do ponto de vista das lavagens, do ponto de vista das deservagens, do ponto de vista da varredura. Portanto, para tudo isso achava que eram poucas pessoas e a questão que colocava era na mesma via em que houve entrada de pessoas para prestação de serviço nessa área, se houve mais, se estavam a pensar colocar mais ou não. ----------
----- Obviamente que isso ia necessitar de um investimento suplementar, que eventualmente não estava contabilizado e era essa a questão. Sabia que havia pessoas que estavam no concurso e iriam passar a ter contrato de prestação de serviços. ----------
----- Como tinha falado no concurso queria também colocar uma questão. Falou que há três anos não havia concurso e que tiveram um cuidado, mas já agora perguntava pelo concurso de técnicos superiores. Esse ficou parado à mesma. Isso era uma questão que queria deixar, se o concurso de técnicos superiores estava parado, se pensavam pegar nele ou não. Era simples a pergunta.----------
----- Dos contratos foram pessoas e funcionários que lhe disseram, não havia ali segredo nenhum. Essa questão dos contratos, foram colaboradores, prestadores de serviços da Junta de Freguesia que partilharam consigo essa situação. ----------
----- Outra preocupação que partilharam consigo, não só fregueses, mas também entidades e associações, que havia um problema da resposta do Executivo aos envios de pedidos por e-mail e por telefone de entidades e fregueses, nomeadamente coletividades e associações que não conseguiam falar com o Executivo e não tinham respostas aos e-mails que enviavam. Queria saber se isso foi uma situação momentânea, se era uma situação que tinham conhecimento, porque dizia ao Senhor Presidente com toda a

honestidade que ali estava a fazer de veículo de transmissão de preocupações que pediram para colocar. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava pela questão da higiene urbana, porque era importante e era bom que pelo menos estavam de acordo, porque se realmente concordavam que precisavam de mais trabalhadores, que era algo que tinham que estudar, também concordava então que as verbas que recebiam da Câmara eram insuficientes.-
----- Aquilo que executavam e os trabalhadores que tinham era com base nas verbas que recebiam da Câmara. Portanto, aí estavam de acordo e esperava que estivesse também do lado do Executivo nessa exigência de conseguir ter mais verbas, para ter mais meios e para conseguir executar aquilo que também eram as funções. Era bom perceber que estava de acordo com a necessidade de mais verbas para fazer face àquilo que eram as necessidades.----------
----- Relativamente à questão dos concursos públicos e dos funcionários estarem nos quadros, não era assim tão simples. O maior objetivo tinha a ver com a dignidade de quem fazia esse serviço à Freguesia, a dignidade e o vínculo estável que os trabalhadores deviam ter, mas para além desse vínculo estável havia uma diferença entre ser prestador de serviço e estar nos quadros, desde logo em termos de flexibilidade. Não era a mesma coisa, porque conseguiam pagar horas extra, porque conseguiam ter uma flexibilidade que quem não estava nos quadros não tinha. Portanto, não era igual fazer um reforço através de um concurso público e ter elementos a entrarem nos quadros, porque a eficiência que ganhavam com a mesma pessoa era diferente.----------
----- Se fosse preciso dar horas extras a um trabalhador para fazer uma determinada função, conseguiam fazê-lo com esse trabalhador. Se estivesse como prestador de serviço não conseguiam. Portanto, era diferente. Conseguiam maximizar muito mais aquilo que eram os recursos da Junta, recursos humanos evidentemente. Só após a entrada dos trabalhadores podiam fazer realmente uma análise daquilo que eram as necessidades e daquilo que eventualmente poderiam precisar. ----------
----- Relativamente à questão da informação que recebeu de não estarem próximos, que havia fregueses que não conseguiam contactar, até na rua estavam. Uma das reclamações que recebiam era que fizeram até as reuniões, estiveram poucos dias antes da Assembleia. Se eventualmente havia problemas de contactos, até tinham essa figura não só das reuniões públicas em que as pessoas podiam assistir, como iam à rua ter com os fregueses, para que se houvesse alguma questão de comunicação que pudesse estar de alguma forma condicionada as pessoas terem acesso na rua. ----------
----- Andavam na rua, andava na rua todos os dias. As pessoas sabiam que podiam ir ter consigo, podiam falar. Almoçava no bairro, jantava praticamente sempre no bairro. As pessoas podiam falar consigo, podiam falar com o Executivo quase diariamente pessoalmente. Portanto, se havia esse conhecimento de fregueses que não tiveram acesso aos e-mails, o mais fácil que podia fazer era passar o seu contacto, não havia problema nenhum, ou o contacto de outro elemento. Dava-lhe toda a possibilidade de o fazer.---
----- Relativamente ao movimento associativo, ainda bem que recordou disso, porque achava que era o momento exato também para agradecer o enorme trabalho que o Bruno foi realizando ao longo desses anos no movimento associativo, no ARLA e principalmente com a Marcha de São Vicente, era um trabalho que foram 31 anos, portanto não eram dois dias, eram muitos anos dedicados à causa pública e nesse caso em concreto ao movimento associativo. Portanto, agradecer o trabalho que foi realizado. Tinha a certeza que, mesmo não estando como presidente agora da coletividade, iria continuar a acompanhar e via-se isso. Levou ali esses problemas do movimento associativo e, portanto, tinha a certeza que iria continuar a acompanhar o movimento associativo e a ser uma voz também para as coletividades.----------

----- Relativamente às coletividades, houve uma primeira reunião em que fizera questão de estar presente com algumas das coletividades e pretendia pelo menos tentar estar sempre presente numa reunião, mas tinham agora uma diretora e também podia passar rapidamente o contacto. Tudo o que fosse mais questões operacionais seria a diretora que ia concretizar, tudo o que fosse de apoios, etc., tinha que passar agora pelos diretores, porque era o que fazia sentido em termos até da operacionalização, senão era impossível conseguir fazer um trabalho consistente com todas as pessoas e o objetivo também era esse. Aprovaram essa orgânica para conseguir organizar a casa e organizar a casa também era isso, era que houvesse competências a serem delegadas, houvesse funções a serem atribuídas a outros elementos.----------
----- Tinham sempre todo o gosto em falar com o movimento associativo, não era isso que estava em questão, mas tendo agora também os diretores, se alguém não tivesse os contactos pedia que no final fossem ter consigo para poder dar, nesse caso da Sandra Matos, que tinha a direção não só da parte da educação, do desporto, do movimento associativo. Portanto, seria ela que conseguia também fazer isso, que achava ser uma coisa importante, que era falar com as coletividades, mas tendo sempre essa perspetiva mais alargada da educação, da intervenção social, do movimento associativo, conseguindo perceber também como analisar os assuntos e ter ali também uma vertente muito mais holística do que conseguiam ter com a organização anterior.----------
----- No início do mandato falaram que seria primeiro terminar aqueles que eram os maiores aglomerados de concursos que tinham. Em termos de assistentes operacionais e assistentes técnicos estavam a falar, se não estava em erro, por volta de 16 elementos. Era muita gente e principalmente muitos desses concursos eram concursos com júris externos e sabiam que tinham que falar com as entidades. Muitos desses concursos não eram júris internos, eram júris de outras Freguesias, também teve que de alguma forma haver pressão às outras Juntas para conseguir ter isso resolvido. Isso foi a prioridade, terminar primeiro aquilo que eram em termos de números os grandes concursos, que tinha mais pessoas e agora sim, analisar os concursos técnicos superiores, depois de terminar esses então fazer uma análise rigorosa para perceber o que iam fazer com os concursos dos técnicos superiores, que, evidentemente, muitas das funções eram funções necessárias.----------
----- Portanto, pela parte dos concursos o objectivo era avançar com eles, mas isso evidentemente, depois de uma análise. Tinham diretores, tinham outras pessoas que atualmente também tinham que dar a sua opinião e analisar esses assuntos e depois, a partir daí, iriam iniciar os processos que fossem necessários iniciar relativamente a esses concursos. ----------
----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** começou por agradecer à Senhora Presidente ter-lhe dado a palavra duas horas depois de ter feito a sua primeira intervenção.--------
----- Em relação às questões que ali tinha colocado num momento que considerara próprio, porque tinha certamente a capacidade de poder fazer esse julgamento. Aliás, estavam a analisar uma alteração orçamental e, portanto, achara que era o momento certo, indicado para introduzir as questões relacionadas com a gestão orçamental, tinha colocado um conjunto de questões que na verdade não vira serem respondidas.---------
----- Queria sinalizar ali o trabalho que o Luis Souto fez, muito rigoroso, muito exaustivo, do levantamento de todas as rubricas, mas achava que de facto o número que ali apresentava e bem, porque correspondia àquilo que ele verificou nos números que foram apresentados e que até estavam espelhados no portal base relativamente a 314 mil euros de despesa do arraial, não esgotavam aquilo que foi a despesa do arraial. Na sua perspetiva e, portanto, contradizessem e apresentassem o contrafactual, se fosse o caso, havia despesas que não estavam contabilizadas ali, nomeadamente em segurança, no

gásóleo, nas questões do pessoal, despesas com funcionários, horas extraordinárias, tudo isso. Era preciso que essas contas fossem claras para que os cidadãos pudessem fazer o seu julgamento e para que ali pudessem fazer o trabalho de fiscalização do Executivo, que era para isso que lá estavam. ----------
----- Portanto, era importante que de facto tudo isso fosse cabalmente esclarecido e não foi. Na resposta que o Presidente deu as coisas não foram minimamente esclarecidas nesse aspeto e, portanto, isso adensava o mistério relativamente às contas verdadeiras, reais, que deviam ser assumidas. Achava que o Executivo já assumiu pelo menos e isso de alguma maneira reconhecia, assumiu que existia um problema e isso já era um primeiro passo muito importante, ter assumido que existia um problema grave com o descontrolo financeiro a que chegaram os arraiais. Isso já era um passo importante. ---
----- Agora era preciso tomar medidas no sentido de evitar isso e elas podiam já ter sido tomadas em 2026 e não foram. Politicamente o Executivo assumiu e tinha legitimidade para isso porque foi eleito e tinha uma maioria, porque era suportado pelo Bloco de Esquerda e, portanto, tinha o direito de politicamente entender que se devia assumir esses gastos absolutamente astronómicos com um evento, mas depois não podia dizer que estava muito preocupado com as despesas e com o descontrole das despesas dos arraiais. Contribuiu para isso e tinha contribuído para isso, podia ter travado isso já na última edição e deliberadamente não o fez, não o quis fazer. Provavelmente não tinha condições também para o fazer, mas isso era um problema político porque era tão evidente que as despesas em junho e julho dispararam, não tinha nada a ver com os primeiros cinco meses do ano. ----------
----- Nos primeiros cinco meses do ano a Junta gastou em média cerca de 331 mil euros por mês, em junho gastou 587 mil euros e em julho gastou cerca de 529 mil euros. Portanto, a média desses dois meses aproximava-se dos 558 mil euros, quase 70% acima da média dos primeiros cinco meses. Portanto, como dizia o outro, era só fazer contas. Achava que as coisas estavam tão evidentes. ----------
----- Tinha proposto um modelo alternativo para a organização dos arraiais. O Movimento em Frente São Vicente propôs durante a campanha eleitoral um modelo alternativo e no programa eleitoral um modelo alternativo para os arraiais, precisamente para tentar controlar o despesismo absolutamente gritante que estvam a assistir, com prejuízos acumulados que eram públicos e que conheciam e que já foram assumidos pelo Executivo. Portanto, achava que não havia outra forma senão efetivamente arrepiar caminho e mudar o modelo de gestão. Isso era fundamental, mas o Executivo lá saberia e em relação a essa questão não queria dizer mais nada. ----------
----- Em relação à informação do Presidente, achava que havia duas importantes lacunas, entre outras, mas havia duas que achava que saltavam à vista. Uma era o problema gravíssimo de mais de um ano depois, achava que já passaram 14 meses, a Rua do Sol à Graça estava fechada. Isso é uma coisa gravíssima. O Senhor Presidente andava tanto pela rua, não era confrontado com as pessoas que viviam naquela rua e que sentiam o incómodo permanente de viver numa rua que estava fechada ao trânsito? Inclusivamente moradores que se sentiam inseguros por estarem a viver em prédios que confinavam com o prédio onde houve uma derrocada e as obras nem sequer ainda se iniciaram, nem sequer remoção de terras. Isso era uma coisa inaceitável e não havia uma palavra sobre isso. -
----- Como também não havia uma palavra sobre o problema gravíssimo que, aliás, já estava espelhado nas redes sociais. Assistia tanto ao TikTok que devia saber que no TikTok havia um problema que tinha sido levantado recorrentemente, que era dos tuk-tuk e saber que efetivamente a situação era muito grave porque havia um descontrole completo dos tuk-tuk nesse bairro. Eles encaravam isso como um parque de diversões, usavam as descidas das ruas como uma autêntica montanha-russa, aceleravam a uma

velocidade tremenda nas descidas, designadamente na Senhora do Monte, na Travessa de São Vicente. ----------

----- Ainda há dias houve um acidente gravíssimo na Travessa de São Vicente, um tuk-tuk completamente descontrolado embateu contra uma cidadã, abalroou a senhora, só não morreu por milagre. Embateu contra a senhora e a senhora partiu uma perna. O tuk-tuk esmagou a senhora contra o carro. Isso eram situações muitíssimo graves, era um regabofe com os tuk-tuk na Freguesia, faziam o que queriam, não respeitavam o código da estrada, não respeitavam as passadeiras. Há dias ia sendo também atropelado à porta da sua casa por um tuk-tuk.----------

----- Os tuk-tuk tinham como principal base nesse momento dois sítios, a Senhora do Monte e a entrada da Vila Sousa. A Junta de Freguesia já suprimiu três lugares de estacionamento à entrada da Vila Sousa que eram dos moradores. Com certeza que aqueles lugares não foram atribuídos àquela função sem o parecer da Junta, ou sem que a Junta tivesse sido ouvida nesse processo. Não acreditava e tinha informações que iam no sentido de dizer que a Junta foi efetivamente ouvida. ----------

----- Para além desses lugares, ainda estacionavam à entrada da Vila Sousa, bloqueando muitas vezes quase a entrada, as pessoas quase já não conseguiam entrar no prédio para ir para as suas casas porque os tuk-tuk estavam ali em permanência. As pessoas tinham que contornar os tuk-tuk, tinham que se desviar, quase encolher-se para conseguir passar e entrar. Isso era uma coisa que não tinha explicação e não havia nenhuma espécie de fiscalização. Aliás, a EMEL desapareceu da Graça, eclipsou-se no Largo da Graça, atualmente não havia fiscalização da EMEL no Largo da Graça, para além dos problemas gravíssimos que os tuk-tuk provocavam na circulação diária dentro da Freguesia. Isso atingiu pontos que achava verdadeiramente escandalosos e devia haver uma ação. -----

----- O Senhor Presidente devia usar as suas intervenções na Assembleia Municipal para, precisamente, chamar a atenção da Câmara para esses problemas e ainda não o vira a fazer isso. Esperava que fizesse em breve porque, na verdade, era fundamental haver uma intervenção muito peremptória junto da Câmara Municipal no sentido de resolver esse problema. A Junta representava os olhos e os ouvidos dos cidadãos na Freguesia, tinha forçosamente que fazer chegar aquilo que era o sentimento geral dos fregueses junto das entidades competentes, nesse caso a Câmara Municipal, porque de facto essa situação era absolutamente insustentável. ----------

----- Seria fundamental que realmente houvesse uma ação muito determinada da Junta de Freguesia e teria o apoio com certeza de todos. Achava que a Assembleia de Freguesia seria unânime na necessidade de pôr cobro a esse autêntico regabofe e dessa invasão que tinham sido os tuk-tuk na Freguesia. O Presidente da Câmara já várias vezes verbalizou o seu incómodo com essa situação. Deu, aliás, recentemente uma entrevista onde verbalizou esse incómodo com os tuk-tuk e, portanto, acreditava que fosse sensível a esses argumentos. ----------

----- Estava ali a defender isso porque as pessoas que votaram em si e no Movimento em Frente de São Vicente votaram pela interdição dos tuk-tuk em determinadas artérias da Freguesia, designadamente da Senhora do Monte, onde defendiam claramente a interdição dos tuk-tuk em grande parte da Rua da Graça e do Largo da Graça. Defenderam também que devia haver um estacionamento dissuasor em zonas periféricas da Freguesia para precisamente os tuk-tuk estacionarem e depois as pessoas iam a pé visitar o núcleo central, o miolo da Freguesia. ----------

----- Com isso também contribuíam para o comércio local, porque outra das queixas que ouvia por parte dos comerciantes era que, praticamente, os turistas que iam nos tuk-tuk não consumiam nada na Freguesia. Iam para determinados pontos com o tempo contado e, portanto, aquilo era um modelo que em nada beneficiava os comerciantes. ----------

----- Portanto, a Junta de Freguesia teria a população do seu lado, teria os eleitos do seu lado, teria os comerciantes do seu lado se pressionasse a Câmara no sentido da proibição dos tuk-tuk na zona mais pressionada em termos de circulação e de estacionamento na Freguesia. ----------
----- Sobre a higiene urbana e os problemas da recolha do lixo já se tinha pronunciado na primeira sessão da Assembleia, não ia repetir. Achava que foi muito claro relativamente às propostas que defendia também nessa matéria. ----------
----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a maior parte das questões colocadas não eram novas e já foram respondidas pelo Presidente da Junta, pelo Executivo. Chegava a ser até frustrante que o Daniel fosse para ali com monólogos em que simplesmente fazia tábua rasa de tudo o quanto se ia dizendo ou tudo o que ia acontecendo na Freguesia. Tinha falado da questão do Presidente andar na rua, mas o Presidente não andava só na Graça. O Daniel parecia que andava só na Graça porque não via mais nada e nem aquilo que acontecia na Graça o Daniel parecia ver. ----------
----- Relativamente à Rua do Sol à Graça, o Presidente da Junta esteve lá com a Vereadora Joana Baptista, que era quem efetivamente podia resolver o problema. O Senhor Presidente na Assembleia de Freguesia já explicou o que ali estava a acontecer. Ainda não era Presidente de Junta, estava em campanha, quando tomou e acompanhou esse assunto. ----------
----- O Daniel era muito autocentrado, porque de facto parecia que só aquilo que o Daniel faria seria bem feito. Aliás, esse era talvez o momento mais insólito, que era dizer que, no fundo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa resolveria o problema e só faltava saber que existia um problema. Foi quase isso que disse. Ao fim até iria passar a palavra ao Senhor Presidente que era para fazer mais uma declaração, repetir tudo o que já disse, para ver se o Daniel de uma vez por todas parava com esses números, porque isso já era efetivamente surreal.----------
----- Só recapitulando algumas coisas relativamente também à questão do Orçamento. O Daniel, não sabia se leu as outras informações escritas todas, calculava que sim, tinha pelo menos como uma pessoa que lia a documentação. Se leu, veria que desde o início havia uma preocupação da parte do Executivo de elencar todos os processos de racionalização e de eficiência de despesa.----------
----- Nessa sessão já teve uma inovação, já não falou em passivo como da última vez. Na última vez, para a demagogia, falou em passivo e agora já não usou essa palavra. Já era uma evolução, já não era mau, era sempre bom quando a pessoa evoluía. ----------
----- Deixaram de ter segurança paga, só tinham no pólo cultural, reduziram imensa despesa. Deixaram de depender da contratação de uma empresa para limpeza e internalizaram. Estava nas outras informações escritas. Depois compraram a máquina para pintar que ia permitir uma poupança a longo curso. ----------
----- Falava das avenças como se não percebesse o que estava em causa nas avenças. As avenças eram assentos operacionais na higiene urbana e nas escolas. O Daniel devia-se esquecer, não devia saber eventualmente que a Junta de Freguesia tinha que contratar assistentes para os CAFs e os AAAFs e agora para as AECs e isso, naturalmente, eram avenças.----------
----- Se calhar também não devia saber que os concursos, os 18 assistentes operacionais para a área do ambiente urbano, tinham a verba cativa no Orçamento, o que significava que aquela verba não estava a ser gasta e estavam a gastar ao lado para prestadores de serviços. Também não sabia isso. ----------
----- Na última Assembleia de Freguesia falou ali da perda irremediável para a Freguesia do Festival Colina. Sabia quanto custava o Festival Colina? Tinha ideia? ----------

----- Quando houve a oportunidade de fazer alguma coisa quanto aos arraiais, o Daniel absteve-se, porque para o Daniel só havia uma solução, que era deitar abaixo, era cortar a direito. Era a única solução que tinha e normalmente era a solução mais preguiçosa, mais simplista, mas quando se tratava de olhar para um problema e arranjar uma solução o Daniel punha-se sempre de parte e sabiam porquê.----------
----- Relativamente às despesas do arraial, efetivamente havia despesas que não estavam no portal base, como a questão da PSP. Depois falava do aumento da despesa em junho e julho. Tinha ideia do que se esqueceu quando falou dos arraiais? Que mais despesa houve nesse período? Tinha ideia do que se esqueceu de despesa? Que mais despesa houve nesse período? Falou da explosão de despesa e ia-lhe explicar porque existia uma alteração na despesa.----------
----- Por exemplo, programas de férias. Era tudo pago em junho e julho e só isso eram cerca de 200 mil euros, mas disso o Daniel não falou. Porquê? Porque servia o seu propósito, porque o seu propósito era a demagogia e pegava no Orçamento para falar do Orçamento e só sabia falar sobre arraiais. O Daniel não tinha nenhuma perspetiva de como se geria uma Junta, a única coisa que estava focado era acabar com os arraiais. Esse era o seu objectivo e depois misturava tudo.----------
----- Depois tiveram a questão do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que foi provavelmente o momento mais surreal da noite. Não sabia se trocou alguma mensagem com ele e que pudesse partilhar. O Presidente da Câmara tinha uma coisa que a Junta de Freguesia não tinha, que era o poder de fazer alguma coisa efetivamente. Portanto, se estava tão convencido que o problema não estava no Presidente da Câmara ou na Câmara Municipal era porque não percebia efetivamente o que se estava a passar, porque o Daniel estava tão cego em criticar esse Executivo que perdia a noção das competências em Lisboa e até era capaz de elogiar o Presidente da Câmara para fazer esse tipo de oposição. Aliás, era simétrico, quando elogiava o Presidente da Câmara era quando só sabia fazer de crítica à Junta de Freguesia.----------
----- Agora iam ver se o Daniel ia parar com o número dos tuk-tuk e pedir ao Presidente da Junta que pela enésima vez falasse quanto aos tuk-tuck, porque o Daniel estava convencido de uma coisa, que era o predestinado. Era quem ia resolver os problemas todos da Freguesia e estava chateado e depois aquilo que acontecia era que isso o estava a cegar, porque só aquilo que o Daniel Adrião podia fazer seria bem feito. Assim era muito difícil manter um diálogo.----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tivera oportunidade também a nível digital, havia artigos no Expresso, na Lusa, em que foram feitas várias reportagens e que falava sobre a questão do miradouro da Nossa Senhora do Monte e outras questões relativamente aos tuk-tuk. Também já tinha apresentado uma proposta ao atual Vice-Presidente, que tinha o pelouro da mobilidade para se colocar pelo menos um pilarete para reduzir os tuk-tuk na Senhora do Monte e em todas as áreas circundantes da Freguesia. ----------
----- Tinha ido ainda mais longe, juntamente com o Executivo, em apresentar uma proposta para que os tuk-tuk não entrassem efetivamente na Freguesia e que pudessem os turistas ir a pé para entrar na Freguesia. Essas posições eram públicas, mas pura e simplesmente não houve resposta, o que foi dito era que se ia avaliar e até agora nada. Não havia uma resposta definitiva sobre assunto nenhum, não se dizia que sim nem que não, iam estudar, iam ver.----------
----- Relativamente às questões de mobilidade havia várias intervenções suas na Assembleia Municipal nesse sentido, em que tinha falado sobre as questões não só dos tuk-tuk, mas da questão mortal, infelizmente, de uma das freguesas. Portanto, isso tudo podia ver, podia verificar que já foi falado publicamente sobre a posição do Executivo

relativamente a esses assuntos. Aliás, uma das coisas que fizeram foi um estudo sobre a mobilidade, apresentaram alguns dos resultados e com base nesse estudo que enviaram à Câmara iam fazer também um relatório mais geral sobre toda a mobilidade na Freguesia. Isso eram coisas que estavam a trabalhar e já trabalharam, fecharam a Rua da Graça também com o objetivo de alertar essas questões à Câmara Municipal. Portanto, já foram várias as medidas que foram adotando ao longo desse mandato. ----------

----- **D. Intervenções do Público;**----------

----- **Freguês Ludgero Pereira** fez a seguinte intervenção:----------

----- *"Meus senhores, isto é arcaico, tem a data de 1981, foi para mim e para os meus filhos. Tem aqui uma palavra na página 1123. Quem quiser ler, na posição da palavra 20 diz "político". Quem quiser ler, eu empresto-lhe o dicionário para tirar os preconceitos.*----------

----- *Eu agora tenho que andar com estas pulseiras de ouro, para mim é ouro. Estive lá internado dois dias e mandaram-me embora. Questões orgânicas, mas enfim, fica assim.*

----- *Eu tinha pedido à Senhora Presidente e agradeço o facto de ter lido a minha carta, aceitou a carta. Eu fico agradecido por ter-lhe divulgado, porque na altura que eu a fui entregar houve um conflito de interesses e foi-me perguntado, porque eu tinha dito que venho cá entregar esta carta para ser entregue à Presidente, à Assembleia, e disseram-me por três vezes que isto aqui é a sede da Junta. Como quem diz, não tem nada de pertença em relação à Assembleia da Junta. Por conseguinte os meus parabéns e os meus obrigados. Arranjaram um papel, já li esta parte.*----------

----- *Agora vou entrar em pormenores e os Senhores desculpem, antes mais desculpem eu não ter estado presente na primeira parte da vossa reunião, mas vou começar assim: "Excelentíssimos Senhores e Senhoras, dirigentes da Junta de São Vicente e da Presidência da Junta, Presidência da Assembleia, todos os eleitos, todos os funcionários".* ----------

Vão ser lidas três páginas… estava eu convencido que a Senhora lia ou delegava a alguém, nada foi aceite, não sei porquê, nem estou interessado nisso, tou aqui a dar a minha palavra e a minha presença. Vão ser lidas três páginas escritas e assinadas e da minha total responsabilidade.----------

----- *"Pois não posso estar presente e expressar oralmente, derivado a problemas de saúde. Como tal, peço à Presidência da Mesa da Assembleia de São Vicente para ler ou delegar, tal como já foi feito noutras ocasiões.*----------

----- *Começo por dizer que no dia 15 de setembro do corrente ano, às 9h30 da manhã, estavam funcionários da Junta fardados a lavar um carro branco com matrícula portuguesa, com uma máquina elétrica na via pública, em frente à porta da Junta, da Josefa de Óbidos, quando tal é proibido fazer.*----------

----- *Até quando os funcionários da Junta que queiram manter o emprego precário são obrigados a baixar a cueca e estarem condicionados e sujeitos a certos trabalhos que não condiz com todos os fatores laborais da higiene urbana? Tudo bem, em mim qualquer um manda, nem que seja uma criança de três anos, é preciso é que ela saiba".*

----- *Isto foi a última intervenção, mas eu tinha programado duas antes, era quando eu ainda não sabia que tinha de marcar a operação.*----------

----- *"Excelentíssimos Senhores, só lá para casa, agradeço que abram os olhos, façam a comparação entre o que eles prometem e o que estão a cumprir, pois aqui ninguém sabe, nem estão interessados em saber quais os jogos ou esquemas.* ----------

----- *Na ata da Junta, da Assembleia, dia 29 de junho intervieram, um por causa de uma bicicleta, outra foi a Senhora Rosa, outra em causa as atividades do filho, o Senhor Ludgero Pereira também conhecido como José Pedra da Rocha Calhau, mas na segunda*

parte da reunião, dia 3 de julho de 26 intervieram, um por causa da higiene urbana, outro a Senhora Rosa, outro o Senhor Ludgero Calhau. ----------
----- Agora pergunto eu: qual a causa de ser mencionado nesta ata o Senhor Ludgero dizendo que interviu? E porquê não? Dizendo que há 13 anos e cem atas tudo isto é para fazer bullying comigo? São só precisos cinco amigos, e já os tenho, são eles a minha esposa, os meus três filhos, que são os três da vida airada, Cocó, Ranheta e Facada. É assim que eu lido com os meus filhos e eles lidam assim comigo e a mais valiosa, a filha do Acácio. Ou isto é para meter medo e a quem? Eu sou filho de um matrimónio, não sou profeta, nem saí de um laboratório manual. Os Senhores eleitos resolvam esta ata, que para mim é falcatrua política e eu só gosto de castigos, não gosto de louvores, pois eu não quero crescer mais, a minha esposa não quer, porque eu depois andava lá em casa a marrar com as lâmpadas. ----------
----- Os Senhores eleitos podem refletir na ata que aprovaram e os residentes e os que queixaram e o que foi feito e o que vai ser discutido hoje. Isto era para o princípio, e o que vai ser discutido hoje. E qual será o apoio da vossa parte sem ser partidária, ou será que serão adeptos do quem cala consente? Se sim, a meu ver estão a incriminar e a discriminar outros residentes em prol e favorecimento político do Senhor José Pedra da Rocha Calhau, que não tem nada de político. ----------
----- Continuando, e antes de acabar, gostava que o elenco governativo e os outros eleitos da Junta irem averiguar o que se está a passar na Rua da Graça, de fronte ao número 64 e de fronte ao número 56, a 50 metros da Junta. Bater três vezes é sinal de sorte no meio artístico, por isso sim, só têm dois anos, não se esqueçam, só têm dois anos para eu vos chatear e vocês a mim e para vocês me mandarem à merda. Eu não levo a mal, já estou preparado com dois pozinhos do chinês. Estão aqui, que o meu filho trouxe do Japão, do chinês, para me entreter lá em casa, como na novela do Casarão de Jorge Amado.----------
----- Gostava de saber mais sobre a saída da Patrícia do Bloco de Esquerda. Sei que dou erros, mas será incúria? O meu professor de português foi o senhor doutor professor Palma Carlos. As mortes têm sempre desculpa e o analfabeto não tem? Para todos, muito obrigado pela vossa paciência e me aturarem. Saúde para todos é o que eu desejo. ---
----- Mais alguma pergunta? Se quiserem, respondo a tudo que vocês entenderem, que eu devo responder como residente, vivo a mexer e com voz, ninguém me tira. Muito obrigado a todos."----------
----- **Freguês Luis Sá** fez a seguinte intervenção: ----------
----- "Muito boa noite aos representantes da Mesa, ao Executivo e aos outros partidos e às pessoas que estão aqui e em casa. ----------
----- Mais uma vez, eu venho aqui só para dizer-vos uma coisa, ao Executivo: onde é que compraram tinta para pintar as passadeiras? Foram nas lojas de 300 ou nas lojas dos chineses? A tinta é uma vergonha. Pintaram bem, sim senhora. ----------
----- Agora, qual foi a resposta da Câmara em relação para porem bandas para reduzir a velocidade da Calçada dos Barbadinhos? Hoje ia quase sendo atopelado com uma trotinete numa passadeira. Não o mandei para o chão porque já ia... ----------
----- Em relação aqui às árvores, eu não vi nenhum fiscal da Câmara vir cá fiscalizar a árvore, se ela está em condição ou não. Em relação ao lixo, há pessoas que limpam os canteiros e põem o ramo das árvores na via pública. Isso é ali na Rua de Mato Grosso. Continuam a pôr monos na via pública, ali a Rua de Mato Grosso parece o caixote de lixo.----------
----- Continuam a dar comida aos pombos. Quando alguém a escorregar depois estamos cá para conversar. Em relação aos fiscais, ainda não vi nenhum fiscalizar aqui a Junta

de Freguesia. Entraram há pouco tempo, mas ainda não vi ninguém. Continuam os passeios, parecem um ringue de patinagem. Já caí lá nos passeios. ----------
----- *Quantos calceteiros a Junta Freguesia tem para tapar os buracos nos passeios? Onde é que estãoá a fiscalização para ver as ruas, as luzes? Já vai fazer dois anos que o candeeiro na Calçada dos Barbadinos está fundido. É a E-Redes, é a Câmara, não se sabe quem é que vai lá pôr o candeeiro. Quando houver mais um rapto ou uma violação ali, depois eu quero ver o que é que a Junta vai dizer.* ----------
----- Transportes públicos, é uma vergonha. Hoje mandei uma carta, fui à loja do cidadão no Saldanha pôr uma carta para a Carris. Os carros estão sujos, carros que não deviam estar aqui a circular naquele estado, todos sujos e eu pergunto: onde é que andam os carros pequeninos? Podiam circular, estão dois a circular lá por baixo. Eu verifiquei uma situação ali no Chiado, a Câmara acabou com os tuk-tuk ali, dividiu a faixa ao meio, um lado é os peões e o outro é o trânsito. Acabaram ali os tuk-tuk. É uma vergonha, é um excesso de tuk-tuk no Miradouro da Graça, em todo lado. É uma praga. ----------
----- *Em Leiria acabaram com as tortinetes, porque é que aqui na Junta não acabam com isso? Não pedem ir à Câmara para tirar? Eu não sou o fiscal, a andar aí a telefonar para a Polícia Municipal para vir que a EMEL, eles já me conhecem, levam as trotinetes e elas aparecem aqui.* ----------
----- *As motos continuam em cima dos passeios. Estão à espera que alguém caia em cima de uma delas e se aleijam? Esta Freguesia está a 25% da minha observação, porque se continua assim eu não vou gastar a minha sola só para vir aqui votar em quem for. Seja Primeiro-Ministro, seja Presidente da República, seja Presidente da Junta, eu continuo a ver esta Freguesia completamente abandonada pelo Executivo. Agora, se há fiscais, eu não os vejo.* ----------
----- *Iluminação Pública, isto parece o cemitério do Alto de São João. Estou farto de dizer, chamem os fiscais da Câmara e venham, a senhora responsável da iluminação venha aqui à noite para ver como é que está esta Freguesia.* ----------
----- *Eu vou para outro lado para Sesimbra, as luzes são de LED e já não preciso ligar as luzes de casa porque tenho bastante luz. Porque é que não passam a luz de LED para aqui? Convidem o Senhor Presidente. Insistem a mandar e-mails ou coisas, ou vão lá em baixo e chamem-os aqui, porque ele prometeu vir aqui à Freguesia e não veio, o Senhor Presidente Carlos Moedas e o seu Executivo. Vou às reuniões da Câmara lá no cinema Roma, tive uma resposta assim levezinha, é como a Carris quando manda as respostas.*
----- *Continua a velocidade dos tuk-tuk, bicicletas, tudo. Não respeitam as pessoas idosas. As pessoas que querem ir lá abaixo à farmácia têm dificuldade em chegar lá. É apenas isto que eu gostaria de ter uma resposta sincera do Senhor Presidente e do Executivo. Convidá-los a vir aqui durante a noite e ver que esta Freguesia precisa de uma lavagem das ruas também. Há quanto tempo é que não lavam as ruas? Desde lá debaixo da Calçada de Barbadinhos até cá acima todas as sarjetas estão entupidas. Ontem fui lá abaixo à Calçada de Barbadinhos e vi os três ecopontos incendiados e aqui ao pé da Calçada de Barbadinhos estava um caixote a começar a arder.* ----------
----- *O lixo, continuam a fazer a mesma javardice. Façam recolhas durante o domingo, ponham mais pessoal. É apenas isto que eu gostaria que a Junta fizesse alguma coisa, assim poderia vir cá abaixo a votar para fazer alguma coisa. Eu espero que esta Junta de Freguesia faça alguma coisa. Vá lá abaixo, grite com eles, porque neste momento a Freguesia de Santa Engrácia precisa de pessoal como deve ser. Dêem dinheiro ao pessoal.* ----------
----- *Muito obrigado e até à próxima."* ----------
----- **Freguesa Maria Cunha** fez a seguinte intervenção: ----------

----- "Não tenho muito jeito para estas coisas porque é a primeira vez que venho a uma reunião destas e não estava à espera de assistir a isto tudo. Eu só tenho uma pergunta a fazer às pessoas da Junta, porque estou aqui em meu nome e em nome das minhas colegas que andam na ginástica: porque é que a ginástica, cada vez que há reunião, nós nunca temos ginástica e não somos avisadas? ----------
----- Nós temos uma aplicação, algumas conseguimos saber, outras não conseguimos, mas gostava de fazer uma pergunta: porque é que as reuniões não se fazem à terça e à quinta? Porque tem que ser à segunda e à quarta? Porque a gente nunca tem ginástica nos dias que há reunião. ----------
----- Começou a época em setembro, já tivemos três dias que não tivemos ginástica e ainda para mais que agora já meteram mais uma aula a começar mais cedo. Eu tive o cuidado, na terça-feira foi porque morreu uma pessoa familiar do professor, tive o cuidado de saber se havia ginástica ou não porque diziam que não havia. Consegui avisar algumas pessoas, mas houve outras que não souberam, mas acho que também se podia fazer as reuniões à terça-feira e a gente ter a ginástica. Há ginástica também nesses dias, mas ao menos intervalavam com as outras pessoas. Somos sempre nós prejudicados, porque isto já não é só de agora, isto já vem do tempo da outra senhora. Chegaram-nos a convidar ir fazer ginástica ao adro da igreja, acabámos com isso. Começaram a dizer que pagávamos menos, mas a gente não interessa pagar menos, a gente interessa ter a ginástica, porque a gente para não pagar nada íamos para a Santa Casa, têm a ginástica de graça.----------
----- Era só isso que eu gostava que tivessem uma solução e quando não há que as pessoas fossem avisadas, porque nem todos têm o telemóvel como a gente, nós temos uma aplicação e às vezes conseguimos avisar, mas há outros que não conseguem. Apareceu pessoas para virem fazer ginástica que não souberam. Um mês e pouco, já tivemos três vezes que não tivemos ginástica e pessoas que precisam. Por acaso não me fez muita diferença, é que tive duas semanas e fiz exercício, mas há outras pessoas que não e esta ginástica faz falta às pessoas.----------
----- Pronto, era só isso que eu tinha a dizer, desculpem, mas era isso que eu gostava que tivessem uma solução para nós, ainda por mais que agora há duas aulas, à terça e à quinta de manhã." ----------
----- **Freguesa Ana Mateus** fez a seguinte intervenção: ----------
----- "Olá, boa noite à Mesa, ao Executivo e aos Membros. Venho aqui falar de dois temas, um deles não é meu, o freguês em questão não pode estar e pediu-me para vir. Não me recordo exatamente quando é que foi inaugurado, mas devem-se recordar do Café Central. Desde esse dia é impossível viver naquela rua aos domingos. Já foram feitas queixas à PSP, à Câmara Municipal, a um Membro deste Assembleia que nada fez e ao Executivo, que disse há pouco que respondeu a todos os e-mails, não foi respondido o e-mail do dia 29 de junho, onde se falava exatamente deste tema.----------
----- Eu tenho alguns vídeos, a situação é que tem um nível de gravidade que se eu desligar o microfone e meter os vídeos a passar vocês conseguem perceber a música que passa, conseguem ouvir as vozes. Fiquei satisfeita quando soube que foi criada uma fiscalização, ou que vai ser criada, porque para além disso a esplanada ocupa todo o passeio, não é um bocadinho. Não é possível passar sem ser fora do passeio.----------
----- Posto isto e acreditando que a Junta não possa ter aqui uma ação direta, gostava de saber aquilo que era possível de ser feito para poder informar quem de direito. ----
----- Segundo tema, falei pessoalmente com o Senhor Presidente da Junta há coisa de um ano, um ano e pouco sobre este tema, trata-se do tráfico de estupefacientes nos dois parques de estacionamento ali ao pé da Quinta do Ferro. Hoje assisti a um quando vinha para baixo. ----------

----- *Eu moro na Leite Vasconcelos. É ridículo que passado um ano o PSP me diga que não fazia ideia porque a Junta nunca avisou, contrariamente àquilo que o Senhor Presidente me disse que ia fazer. Acredito que possa ter falado com alguém da PSP que não sabia da situação, não faço ideia, eles não devem ter todos a mesma informação, acredito, mas a PSP indicou-me, fui diretamente à PSP questionar, fazer queixa e indicou-me isto.*----------
-----*E era isto. Muito obrigada. A continuação de uma ótima noite e bom trabalho."*--
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que queria esclarecer algumas questões que foram colocadas. ----------
----- Começando pela Dona Maria Cunha, as aulas de ginástica, agradecia que tivesse feito essa intervenção. Era verdade e a Mesa sempre teve essa questão, porque como havia aulas todos os dias inevitavelmente iria haver esse constrangimento, mas tinha razão, se fosse realizado noutros dias poderiam minimizar isso e iriam passar a ter isso também em atenção, não só noutros dias, mas também noutros locais que pudessem receber a Assembleia em condições. ----------
----- Em relação às questões postas pelo Senhor Ludgero, a entrega da carta aos serviços, pensava que houve aí também alguma questão de informação que não foi tão bem entendida. Não podia ali falar exatamente sobre isso, mas o pedido não era algo que acontecesse com frequência, como devia imaginar. Aquilo que tinham que fazer enquanto Mesa era alguma documentação que fosse entregue, nesse caso foi uma carta, ela ficava registada em ata. Aliás, quando essa ata em minuta fosse lida ia ter essa informação, porque não sabiam que o Senhor ia ali ler a carta. Ainda bem que foi, era isso que seria suposto acontecer, mas estava lá o seu nome, que a carta foi entregue e a carta era, aliás, anexada à ata. Portanto, tornava-se um documento oficial que qualquer pessoa podia consultar como as atas em minuta. ----------
----- A questão até que levantou sobre a forma como foi referido numa ata, não ia entrar nessas considerações, qualquer pessoa podia consultar as atas em minuta e esclarecer qualquer dúvida que tivesse em relação à forma como era ou não nomeado. Como era natural, o Senhor foi nomeado pelo seu nome e não por outras palavras. Da mesma forma como se dirigiu aos serviços para entregar a carta podia-se dirigir aos serviços e pedir para ler a ata e ver como era referenciado nessa ata.----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer a todos os vizinhos e vizinhas e fregueses que estavam ali presentes e que fizeram vários dos contributos. Ao Senhor Ludgero, não sabia o que aconteceu, mas esperava que estivesse tudo bem consigo e que se houve algum problema já estivesse 100% recuperado. ----------
----- Relativamente à questão do carro, iriam averiguar a situação e se realmente aconteceu corrigir o que tivesse que ser corrigido. Não tinha conhecimento disso e, portanto, o que iam fazer era averiguar a situação e se realmente aconteceu corrigir essa questão. ----------
----- Relativamente ao Senhor Luís Sá, também muito obrigado pelas várias questões que colocou, sempre muito pertinentes. Queria começar desde logo pela questão dos passeios. Tinham cinco calceteiros, achava que era uma equipa que tinha trabalhado muito bem há muitos anos na Freguesia e era uma política internalizar a questão do calcetamento. Achavam que o facto de conseguirem ter calceteiros a trabalhar na Junta, a serem funcionários públicos, permitia um ganho de escala e havia muitas coisas que eram resolvidas e que eventualmente o Senhor Luís Sá nem se apercebia de buracos na rua que eram resolvidas muito rapidamente por terem essa equipa presente e internalizada. ----
----- Podia sempre ser mais e podiam sempre aumentar. Havendo verbas, havendo receitas, evidentemente que sim. Achava que reforçar as equipas era sempre boa prática e principalmente as questões dos passeios. Aliás, também podia acompanhar porque eles

publicavam e também eram muito ativos em mostrar aquilo que faziam e era público o bom trabalho que tinham vindo a fazer. Agradecer publicamente também aos calceteiros por isso.----------
----- Para além dos calceteiros da Junta iam ter algumas requalificações de passeios para que, em alguns casos, para além da pedra da calçada portuguesa ter uma calçada também antiderrapante. Iam fazer essa requalificação em alguns sítios, porque era evidente algum gasto em algumas determinadas zonas da Freguesia, se bem que os calceteiros também faziam em alguns momentos substituição de calçada, colocando também calçada antiderrapante e como não era pedra preta, mas branca, às vezes os próprios residentes nem se apercebiam que ali foi colocado calçada antiderrapante. Era uma área que iam continuar a investir e, evidentemente, a tentar melhorar cada dia e mais uma vez agradecer aos trabalhadores.----------
----- Relativamente à questão das lavagens, tinham o plano de lavagens, era público, iam continuar a reforçar o plano de lavagens, até fazer uma mudança um bocadinho metodológica, em que iriam começar por fazer a deservagem e depois, dois dias depois, fazer a lavagem para conseguir estar sempre coordenados entre deservagem e lavagem, para que houvesse também essa previsibilidade das pessoas saberem os sítios em que iam deservar e logo a seguir que iam lavar. Isso era uma das coisas que agora o diretor estava a alinhavar com as equipas de encarregados, com as equipas no terreno, para conseguir também ganhar aí alguma eficiência nesse sentido.----------
----- Ecopontos incendiados era sempre um problema, infelizmente nunca eram boas notícias. Há pouco tempo houve um ecoponto que foi incendiado ali perto do Quartel de Sapadores, infelizmente esse ecoponto era muitas vezes incendiado e rapidamente identificaram e falaram com os serviços da Câmara para substituírem. Estavam sempre dependentes um bocadinho da própria eficiência nesse sentido da Câmara. ----------
----- As sarjetas também era outra coisa que estavam a tratar. Iriam ver esses casos em concreto, se dizia que essa parte estava entupida também tinha ali o diretor que já devia estar a apontar para essas questões e iriam ver. Tinham feito esse trabalho prévio, antes das grandes chuvadas, para que quando começassem pudessem garantir que não havia inundações das sarjetas. Nos últimos tempos tinham feito um trabalho nesse sentido, a equipa tinha trabalhado.----------
----- Pedia que no final da reunião falasse com o Executivo para também poderem registar e depois ver o que aconteceu, para conseguir eventualmente avaliar e perceber se conseguiam desentupir ainda durante essa semana.----------
----- Relativamente às árvores, tiveram realmente um fiscal da Câmara que foi avaliar as árvores, depois dava-lhe o enquadramento para perceber, no final da reunião podiam falar com mais detalhe, mas tiveram essa fiscalização.----------
----- Os fiscais, ainda não viu, esperava que visse em breve, mas já existiam. Rapidamente iria perceber logo que estivessem no terreno e que poderia abordá-los se assim fosse necessário, mas evidentemente os fiscais muitas vezes não tinham essa competência de ver as questões sonoras ou outras questões, era muito mais uma questão de previsão e sensibilização de algum comércio local. Podiam fazer sempre essa sensibilização, mas era muito mais nessa perspetiva, porque depois a questão dos autos de notícia e questões mais relacionadas com poluição sonora tinham que ser outras entidades a fazê-lo. -----
----- Transportes públicos, era um grande problema na Freguesia. Aliás, esperava levar em breve à discussão na Assembleia Municipal também uma questão relativamente aos transportes públicos, um problema que em breve também diria para perceberem que tinha a certeza que era uma questão importante, não só na Freguesia, mas na Cidade de Lisboa. Assim que tivesse essa recomendação preparada também tinha todo o gosto de a mostrar, porque tinham estado a analisar essas questões da mobilidade, não só dos transportes

públicos, dos tuk-tuk. Infelizmente as questões de segurança rodoviária na Freguesia eram realmente questões que tinham vindo a ganhar uma grande notoriedade, as pessoas estavam sensíveis para essas questões e o Executivo queria ir de encontro às expetativas. Evidentemente, não eram quem tinha essa competência, mas fazendo a devida pressão com os estudos, com os relatórios e também com a sociedade civil toda unida. ---------
----- Era por isso que iam agora mensalmente fechar ruas para sensibilizar, como seria essa rua se não houvesse tantos carros, como seria essa rua se não houvesse tanto tráfego. Isso também era uma oportunidade para as pessoas poderem estar na rua, no espaço público e também poderem perceber como seria se aquela rua não tivesse tanto tráfego diário. ----------
----- A questão da iluminação, mais uma vez era daquelas questões que continuavam pendentes. Isso fazia parte das questões que já tinha dito também aos Membros eleitos, que tinham um caderno, tinham alguns pontos que iam pensar, analisar muito bem e se eventualmente aquilo não estivesse resolvido dentro em breve iriam fazer a avaliação devida e depois tomar as medidas que achavam mais necessárias para ir de encontro àquilo que também eram expetativas dos fregueses. Se a Câmara não conseguisse resolver ali um conjunto de obrigações que achavam ser completamente plausíveis, concretizáveis e que eram normais da rotina que no fundo deviam oferecer de serviço público aos fregueses, iriam ter que tomar ali outro tipo de medidas. ----------
----- Dentro em breve teriam também um ponto de situação sobre a iluminação e sobre outros assuntos que achavam que não tinham sido bem resolvidos pela Câmara.--------
----- Relativamente à Dona Maria Cunha, percebiam, tinham que ver essas questões todas juntamente com a Assembleia porque não era o Executivo que agendava as reuniões. Podiam ver outros espaços para além desse para fazer as Assembleias, mas as reuniões não eram agendadas pelo Executivo.----------
----- Transmitiasm as reuniões por editais e também nas aplicações de telemóvel e, pessoas que não conseguiam ver as aplicações de telemóvel, tinham a expetativa que vissem os editais afixados, mas também não viam. Se as pessoas não sabiam iriam reforçar essa informação, mas sobretudo também junto com a Assembleia de Freguesia encontrar outras formas de conseguir reunir sem prejudicar as atividades, pois rapidamente entre Membros eleitos e a Presidente achava que isso se solucionava. Achava que era uma questão que rapidamente todos juntos conseguiam arranjar uma solução e na próxima reunião de certeza já iriam ter uma outra abordagem. ----------
----- Quanto às questões levantadas pela freguesa Ana Mateus relativamente ao tráfico de estupefacientes, ficava um bocado espantado que a PSP não tivesse conhecimento naquela zona em particular. Ficava um bocado espantado, mas o que podiam fazer e também já tinha falado com os Membros eleitos era estarem nesse momento a adquirir um carro para a PSP. Portanto, teriam um veículo que ia permitir dar maior autonomia e melhores condições para que os agentes conseguissem estar na Freguesia e fazer essas rondas e essa fiscalização. Quando fizessem essa entrega do veículo iam também dar essa informação específica de alguns pontos que gostariam que houvesse uma maior sensibilidade por parte da PSP no sentido de estar presente. ----------
------ Para além disso, já tinham a esquadra móvel no Largo da Graça e no Panteão Nacional, que também era um momento em que todos os vizinhos e vizinhas que pretendiam apresentar queixas ou sinalizar, também tinham esses momentos para poder fazê-lo, para além de ir à esquadra que era na Penha de França. Portanto, também já existia esta tentativa de maior proximidade, mas acreditava que com a aquisição desse veículo iam conseguir também ganhar um bocado de maior previsibilidade nessas questões de segurança. ----------

----- Quanto ao Café Central, como com outros estabelecimentos, receberam muitas vezes algumas reclamações em várias ruas, algumas verdadeiras e outras falsas. Não estava a dizer esse caso em concreto, mas recebiam muitas. A única coisa que queria dizer relativamente a esse caso era que a Polícia Municipal tinha competências nessa área para fazer as medições. Pelo menos isso era o conhecimento que tinha, não havia muito mais que a Junta de Freguesia pudesse fazer de intermediação, mas iam estando atentos. Todos os alertas que recebiam tentavam sensibilizar os respetivos comerciantes, independentemente da veracidade ou não, para que pelo menos eles tivessem também consciência que existiam essas questões e que convinha estarem mais atentos. Portanto, fariam isso com todos os comerciantes e tinham feito isso com todos os comerciantes.
----- Sendo que não tinham essa competência o mais fácil era ir diretamente à entidade competente. O que podiam fazer, tendo agora esse conhecimento, era sensibilizar o agente comercial, o café em questão, como faziam com outros cafés. O que faziam sempre com todas as questões de estabelecimentos comerciais que recebiam queixas era tentar sensibilizar as pessoas, dizendo que houve essa queixa, independentemente de ser verdadeira ou não, para que estivesse consciente desse assunto. Se eventualmente houvesse alguma medição já sabia que isso depois teria as consequências devidas.-----
----- **O Senhor Segundo Secretário da Assembleia** leu a ata em minuta relativa às duas reuniões da presente sessão. ----------
----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** submeteu à votação a **Ata em minuta relativa às duas reuniões da presente sessão**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes nas duas reuniões da sessão. ------
----- Deu por encerrada a reunião, eram zero horas e cinco minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e seis. ----------
----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. ----------
1º.SECRETÁRIO_____2º.SECRETÁRIO_____-
---------- PRESIDENTE----------